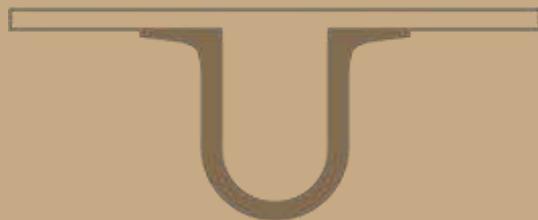




UNIVERSIDADE D
COIMBRA



Beatriz Martins Corvelo

PROJETO CIS:

CENTRO INTERPRETATIVO DA SOFIA

Projeto/Trabalho de Projeto do Mestrado em Arte e Património, orientado pela
Professora Doutora Maria Luísa Pires do Rio Carmo Trindade, apresentado ao
Departamento de História, Estudos Europeus, Arqueologia e Artes da Faculdade de Letras
da Universidade de Coimbra.

Setembro de 2019

FACULDADE DE LETRAS

PROJETO CIS: CENTRO INTERPRETATIVO DA SOFIA

Ficha Técnica

Tipo de trabalho	Trabalho de Projeto/Projeto
Título	CIS: Centro Interpretativo da Sofia
Autor/a	Beatriz Martins Corvelo
Orientador/a(s)	Maria Luísa Pires do Rio Carmo Trindade
Júri	Presidente: Doutora Maria de Lurdes dos Anjos Craveiro Vogais: 1. Doutora Joana Filipa da Fonseca Antunes 2. Doutora Maria Luísa Pires do Rio Carmo Trindade
Identificação do Curso	2º Ciclo em Arte e Património
Área científica	História da Arte
Data da defesa	11-10-2019
Classificação	16 valores



Agradecimentos

Em primeiro lugar quero agradecer à Orientadora deste Projeto, a Professora Doutora Luísa Trindade pela disponibilidade e por toda a ajuda prestada durante os últimos meses. Aos meus amigos, pela paciência e pelos cafés à última hora. À minha família, aos meus Pais e à minha Irmã pelo apoio e amor incondicional. Aos meus Avós por me fazerem sempre querer voltar a casa.

Ao Porto, a Coimbra, e às boas memórias dos últimos cinco anos deste lado do Atlântico.

Obrigada.

RESUMO

Este Projeto pretende contribuir em primeiro lugar para a valorização e conseqüente proteção do edificado colegial da Rua de Santa Sofia, em Coimbra, mandada edificar em 1535 pelo rei D. João III com o intuito de desempenhar funções como *campus* universitário. Rua essa que hoje, vê o seu património colegial num crescente estado de degradação e abandono, tendo a própria rua, vindo a assumir-se como uma artéria de desconhecimento quer para os turistas, que raramente por lá passam por falta de informação, quer para a comunidade que pouco sabe da sua história. Assim, surge como solução para esta grande lacuna a criação de um Centro de Interpretação que servirá antes de mais como mote de aproximação entre a comunidade e o seu património histórico e arquitetónico. É urgente educar mentalidades. É urgente trazer de novo vida à Sofia.

E porque não implementar o CI na própria rua? Num edifício, também ele em crescente estado de degradação e que por si só é capaz de contar parte da história da imprensa em Coimbra, contribuindo também ele, para o dia a dia da Universidade.

Para combater esta falta (re)conhecimento, aliamos ao Centro de Interpretação da Sofia – CIS - os conceitos de património cultural, memória, identidade e comunidade.

Palavras-chave: Centro de Interpretação; Rua da Sofia; Património Cultural; Memória; Comunidade;

ABSTRACT

This project was created in order to, first of all, bring back the appreciation for the education facilities, and its protection, in Saint Sofia Street, in Coimbra, which construction was ordered back in 1535, by King John III of Portugal, in order to be a university campus. That same street, has its educational heritage in a worrying trend of degradation and abandonment. The street itself has facing this same trend, tourists are barely aware of its importance, due to the lack of knowledge, and even the community is not aware of its history. The solution presented for this issue is the creation of an Interpretacion Center (IC) that will be, first of all, used as way to bring the community closer to its historical and architectural heritage. Its urgent to change their mentality and to bring new life to Sofia.

Why not implemente the IC directly on the street? In a building that is also in a poor and unfortunate state and on its own represents an important part within the history of Coimbra's press, and also contributing for everyday activities to the University.

To fight this lack of recognition, we combine the Sofia's Interpretacion Center with the concepts of cultural heritage, memories, identity and community.

Keywords: Interpretation Center; Rua da Sofia; Cultural heritage; Memory; Community;

ABREVIATURAS

CI – Centro de Interpretação

CIS – Centro de Interpretação da Sofia

CICG – Centro Interpretativo do Castelo de Guimarães

DC - Diário de Coimbra

ICOMOS – Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios

UC – Universidade de Coimbra

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

ÍNDICE

Agradecimentos	
RESUMO	
ABSTRACT.....	
ABREVIATURAS.....	
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I: O OBJETO.....	2
CAPÍTULO II: CENTRO DE INTERPRETAÇÃO – O PATRIMÓNIO E A CIDADE	4
1) Património Cultural.....	8
2) Cidade: Memória, Identidade e Comunidade	12
CAPÍTULO III: A CLASSIFICAÇÃO PELA UNESCO - ALTA E SOFIA.....	14
CAPÍTULO IV: APRESENTAÇÃO DO PROJETO	17
1) Apresentação do Projeto	17
1.1. Forma Jurídica	17
1.2. Denominação e Localização	17
1.2.1 Diário de Coimbra.....	19
2) Descrição do Projeto.....	21
2.1. O Que Faz	21
2.2. Como Faz.....	21
2.3. Que Fatores Utiliza.....	21
2.4. Como Vende.....	23
3) Análise e Evolução de Mercado.....	23
3.1. Pesquisa de Mercado	23
3.1.1. Definição da Natureza do Meio Envolverte à Organização	23
3.1.2. Levantamento das Influências do Meio Envolverte (Análise PESTEL)	24
3.1.3. Identificação das Influências Competitivas-Chave (Análise Estrutural- Modelo de Michael Porter)	24
3.1.4. Identificação da Posição Estratégica/Competitiva do Projeto	24
3.1.4.1. Análise dos Concorrentes	24

3.1.4.2. Análise da Segmentação dos Mercados e Consumidores (Público Alvo).....	25
3.1.5. Identificação das Oportunidades e Ameaças (Matriz SWOT).....	25
3.2. Plano de Marketing.....	25
3.2.1. Produtos e Serviços.....	25
3.2.2. O Preço.....	25
3.2.3. A Distribuição.....	25
3.2.4. A Comunicação.....	26
4) O CIS - Centro Interpretativo da Sofia.....	27
CONCLUSÃO.....	39
BIBLIOGRAFIA/FONTES CONSULTADAS.....	40
ANEXOS.....	46
ANEXO I - Lista Bibliográfica da Biblioteca do C.I da Rua da Sofia.....	47
ANEXO II – Mapeamento das Funções do Edificado da Rua da Sofia à data de 02 de outubro de 2018.....	53
ANEXO III – Planta com limites da Rua da Sofia – SIPA.....	57
ANEXO IV – Imagem de Satélite da Rua da Sofia – SIPA.....	58
ANEXO V - Planta dos Irmãos Goullard 1873-1874.....	59
ANEXO VI – Alternância entre Igrejas e Claustros dos Colégios.....	60
ANEXO VII – Planta do Piso 0 do CIS.....	61
ANEXO VIII – Planta do Piso 01 do CIS.....	62
ANEXO IX – Fachada do Edifício do Diário de Coimbra.....	63
ANEXO X – Proposta para a Fachada do CIS.....	64
ANEXO XI – Propostas para Logotipo do CIS.....	65
ANEXO XII– Proposta para painel exterior do CIS.....	66
ANEXO XIII – Projeção para as Casas de Banho do CIS.....	67
ANEXO XIV – Projeção para o Jardim do CIS.....	68
ANEXO V – Esquema do Percorso Expositivo da “Sala Sofia” do CIS.....	69
ANEXO XVI – Plantas do SIPA para as paredes laterais do Corredor do Piso 01 do CIS – Lado NE e SO da Rua da Sofia.....	70
ANEXO XVII – Propostas de Decoração para o “Café – Biblioteca” do CIS.....	71

INTRODUÇÃO

O objetivo deste projeto passa, antes de mais, pela criação de um Centro de Interpretação para a Rua da Sofia, em Coimbra, como meio de valorização e consequente proteção do edificado colegial da Rua de Santa Sofia, mandada construir em 1535 pelo Rei D. João III para desempenhar funções de *Campus* Universitário. Interessou-nos defender a ideia de um património acessível a todos e com uma leitura simplificada, potenciando a aproximação da comunidade ao seu património histórico e arquitetónico. A “cidade”, enquanto conceito, continua em pleno século XXI, a ser mal-entendida por aqueles que com ela se relacionam diariamente. A Rua da Sofia assume-se como uma artéria desconhecida não só para os turistas que raramente a visitam, mas principalmente para quem nela habita ou trabalha. É, por isso, urgente alterar a realidade, explicando a sua importância histórica e singularidade arquitetónica. É importante mostrar a sua evolução temporal através de fotografia, maquetes ou vídeos, e como esta evoluiu e se transformou ao longo dos séculos numa artéria descaracterizada, pois só assim poderá haver por parte de todos uma vontade de inverter a situação, voltando a dar vida à “Sabedoria”.

Este projeto divide-se em quatro capítulos, apresentando-se no Capítulo I o objeto de estudo, a Rua da Sofia, relatando-se a história, desde a origem do nome, passando pela razão da sua abertura, até às razões da sua decadência, assumindo-se a falta de (re)conhecimento como o principal fator para o seu abandono. É aqui que surge a ideia da criação do CI como solução, e dando-se assim mote para o Capítulo II - que tem como objetivo explicar o que é um centro de interpretação e como este conceito evoluiu temporalmente. Este está ainda dividido em dois subcapítulos, o primeiro dedicado ao conceito de Património Cultural, o segundo relacionando os conceitos de Cidade, Memória, Identidade e Comunidade. No Capítulo III é descrita a inscrição da Sofia, em conjunto com a Alta Coimbrã, na lista de Património da Humanidade, pela UNESCO, em junho de 2013, elevando, em teoria, a proteção do seu património a outro nível. No Capítulo IV é finalmente apresentado o projeto para a criação do CIS – Centro de Interpretação da Sofia, discriminando-se os passos necessários para a sua implementação, e respondendo de forma simples às perguntas – O que é? (Forma Jurídica); Onde é? (Denominação e Localização); O que faz?; Como faz?; Que fatores utiliza?; Como vende?. É ainda feita uma pesquisa e análise de mercado onde se procura demonstrar que este vem colmatar lacunas existentes no campo cultural da cidade. E é apresentado também um plano de marketing, onde são discriminados os produtos e os serviços prestados pelo CIS.

CAPÍTULO I: O OBJETO

A Rua de Santa Sofia, ou, simplesmente, Rua da Sofia, tem a sua origem etimológica na palavra *Ciência* ou *Sabedoria*.¹ Hoje é tida por muitos como um espaço meramente de passagem, contudo, na sua origem física, esteve presente a intenção do rei D. João III de trazer, de novo, a Universidade para Coimbra, configurando a cidade num polo cultural e universitário. Deste modo, a 17 de abril de 1535², o rei dirige uma carta a Frei Brás de Barros³ na qual era clara a intenção de abrir uma rua nova e larga que viesse a albergar a Universidade. Nela viriam a ser erguidos sete colégios religiosos, o colégio do Carmo, da Graça, de São Pedro, de São Tomás, de São Bernardo, de São Boaventura, e ainda o Colégio das Artes. Convivia com estes o Convento de São Domingos e, mais tarde, a Igreja de Santa Justa, já de meados do século XVII.

Cumprindo o objetivo de construir um *campus* universitário, os colégios dispunham-se do lado NE da rua, ficando a frente oposta destinada à construção de edifícios de habitação para professores, estudantes e funcionários da Universidade, regra esta, depois completamente ultrapassada com a construção do Colégio de São Boaventura e da extensa instalação do Convento de São Domingos e correlativo Colégio de São Tomás.⁴ Assim, a Sofia assume-se como conjunto, e não por cada edifício *per si*. É esse o principal valor da Rua da Sofia e só assim pode ser entendida.

É em 1834, com a então Extinção das ordens religiosas, que o edificado colegial quinhentista e seiscentista da Rua da Sofia é desvirtuado das suas funções originais. Esta reforma teve como principal objetivo o de aniquilar o excessivo poder económico e social do clero, privando-o dos seus meios de riqueza e de influência política⁵. Assim, é ordenado que todos os bens da igreja fossem expropriados, vendidos a particulares ou incorporados na Fazenda Nacional:

¹ Universidade de Coimbra Alta e Sofia – Património Mundial. Disponível em <http://worldheritage.uc.pt/pt/nucleos/>. [consultado a 2 de abril de 2019]

² ROSSA, Walter (2006). A Sofia: primeiro episódio da reinstalação moderna da Universidade Portuguesa. *Revista Monumentos*, 25, pp.16-23.

³ Segundo CRAVEIRO, Maria de Lurdes (1990). *Diogo de Castilho e a Arquitectura da Renascença em Coimbra*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. p.40-42. “Frei Brás de Barros, ou Braga, por de lá ser natural, está ainda por se estudar aprofundadamente. Contudo sabe-se que este foi uma importante figura do renascimento português. Tinha ligações familiares ao grande humanista João de Barros, o facto de ter sido bolseiro em Paris ainda no tempo de D. Manuel e tendo-se transferido para Lovaina, onde obteve a graduação, regressando depois a Portugal em 1525 e instalando-se em Santa Cruz de Coimbra, Mosteiro sobre a Ordem Jerónima, onde foi escolhido para dirigir a reforma crúzia e a criação do bispado de Leiria. Estes factos não nos elucidam completamente sobre a sua visão do contexto específico da arquitetura. Nos finais da década de 20, Frei Brás seria já um homem de sólida formação humanista e no plano arquitetónico as suas preferências dirigiam-se num sentido moderno. Soube rodear-se de homens de formação renascentista, não tendo prescindido de artistas como João de Ruão ou Diogo de Castilho, que vão ser fundamentais para o conjunto edificado da Rua da Sofia.”

⁴ ROSSA, Walter (2006). A Sofia: primeiro episódio da reinstalação moderna da Universidade Portuguesa. *Monumentos*, 25, pp.16-23.

⁵ Recorde-se que D. Miguel, derrotado na batalha da Asseiceira a 16 de maio de 1834, tinha o seu maior apoio no clero, mais precisamente nas ordens regulares.

"Senhor: Está hoje extinto o prejuízo que durou séculos, de que a existência das Ordens Regulares é indispensável à Religião Católica e útil ao Estado, e a opinião dominante é que a Religião nada lucra com elas, e que a sua conservação não é compatível com a civilização e luzes do século, e com a organização política que convém aos povos"⁶.

Esta alteração do uso dos edifícios conduziu a uma modificação dos seus espaços interiores e, por vezes, exteriores. Em 1838, a venda do edifício do Colégio do Espírito Santo a um particular e a intenção de o reconfigurar em espaço residencial, acarretou grandes alterações na estrutura. Como este, seguiram-se outros, como o edifício do Colégio do Carmo, concedido em 1845 à Ordem Terceira de São Francisco para a instalação de um hospital; o Colégio de São Boaventura, vendido em 1859 ganhando e um uso residencial e comercial; o Colégio da Graça, transformado em 1884 em quartel militar do Regimento de Infantaria nº23, ou, o Convento de São Tomás, transformado em 1895 no Palácio dos Condes do Ameal e, posteriormente, reformulado para Palácio da Justiça de Coimbra, função que cumpre até aos dias de hoje.⁷

Ao desvirtuar da vocação dos edifícios originais associa-se, hoje, o facto da Rua da Sofia ser essencialmente um corredor de passagem rápida: eixo principal do tráfego automóvel, bem como via de acesso à autoestrada (permitindo a entrada e saída da cidade). Para além disto, a Rua da Sofia, assim como uma grande parte da baixa conimbricense, encontra-se em pleno processo de abandono, fruto da procura de outros pontos para o comércio como é o caso das grandes superfícies comerciais. São estes fatores que, conjugados com o abandono residencial, contribuem para a persistente degradação da Baixa, transformando-a numa área menos convidativa, sobretudo fora das horas em que funciona o comércio. Se a isto juntarmos o desconhecimento e com ele a falta de reconhecimento da sua importância patrimonial, teremos identificados os quatro fatores essenciais para um primeiro diagnóstico da rua.

Com estes, surge e urge a necessidade de fazer algo para se combater a falta de (re)conhecimento, de conservação e valorização de um património que é de todos e para todos. Dado que é através da consciencialização da dimensão cultural que passamos a ter as ferramentas base para a proteção do património, precisamos, em primeiro lugar, de informar a população neste sentido, de dar a conhecer a realidade e com ela a possibilidade de a interpretar corretamente, tendo em conta toda a sua riqueza e complexidade. É assim que surge a ideia de criar um Centro Interpretativo para a Rua da Sofia, baseado numa relação com o património, a memória, a identidade e a comunidade.

⁶ RODRIGUES, Henrique (2003). *Extinção das Ordens Religiosas e Dinâmicas Sócio-Culturais: Frades residentes no Alto-Minho no Século XIX*. Porto: Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras. pp.13-17.

⁷ Rua da Sofia - SIPA - Sistema de Informação para o Património Arquitetónico. Disponível em http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=5909. [consultado a 2 de maio de 2019].

CAPÍTULO II: CENTRO DE INTERPRETAÇÃO – O PATRIMÓNIO E A CIDADE

A cidade continua a ser mal compreendida pelos que com ela convivem diariamente, residindo na natureza do património urbanístico o principal entrave à sua proteção.

"um conjunto urbano não se encerra numa vitrina, não se coloca sobre um plinto, a não ser no caso de plantas, fotografias ou maquetas, registos abstratos a que recorreremos justamente para colmatar essa impossibilidade de perceber o todo. Não o conseguimos ver num único relance, rodeá-lo e captá-lo nas suas diversas faces, não conseguimos, em última análise, abarcá-lo ou contê-lo, como fazemos a tantos outros objetos. Pelo contrário: é ele que nos abarca e contém. A relação que o corpo humano estabelece com o objecto urbanístico distancia-se profundamente da que experienciamos com tantos outros objetos artísticos. Está muito mais próxima da que desenvolvemos com a arquitetura mas exponencia-a, claro.

Uma outra dificuldade decorre das questões de propriedade: ora privada e dependente de cada um, ora pública e a cargo das diversas instituições administrativas. No seu conjunto, a cidade é simultaneamente de todos e de ninguém em concreto. Ao contrário de um quadro ou escultura cuja guarda é entregue a um museu. Aspeto que, por sua vez, se reflete nas questões da conservação e no carácter difuso dessa responsabilidade, sem um curador evidente, na aceção do termo, de curar, tratar.

Acresce que no património urbanístico essa ação de cuidar é tanto mais complexa quanto não podemos resgatar o objeto aos usos da contemporaneidade. Não é possível, com efeito, protegê-lo numa redoma, isolá-lo com um cordão, proibir o toque e os flashes, menos ainda a ação de desgaste dos fatores naturais, como fazemos no caso de pequenos objetos, pinturas e esculturas, até mesmo de arquiteturas. O que é, por outro lado, uma imensa vantagem, porque não somos necessariamente confrontados com uma das grandes contradições da patrimonialização: a de "retirar do uso o que deveria fazer parte do curso normal da vida quotidiana", exibindo o que "é assim classificado como passado fossilizado", em todo o seu anacronismo e artificialidade.

E se isso acontece não é apenas por uma questão de natureza ou escala mas porque o património urbanístico é, ou pode ser, um passado duplamente ativo: um passado ativo, ou melhor, ativado em termos de valor patrimonial, um objeto a que reconhecemos importância, que revestimos de novos significados, portador de memórias e agregador de identidades e que, por isso, elevamos a um estatuto diferente, dignificado e idealmente protegido; mas também um passado ativo no sentido literal da expressão, do que não passou ainda à reforma e se mantém em

atividade, usado no presente, como presente, porventura até sem qualquer associação imediata ao seu passado.”⁸

Tornar este património acessível a todos, com uma leitura simplificada, de modo a permitir uma aproximação com a comunidade e desta com a Rua da Sofia, é o objetivo deste estudo, pelo que o centro de interpretação surge como uma das soluções possíveis.

Criado em 1957 por Freeman Tilden⁹ o conceito de centro de interpretação tem, ao longo dos anos, vindo a ser discutido e reformulado. Em 2008, o ICOMOS retificou, e validou, a Carta de Ename, reconhecendo a interpretação e a apresentação como duas componentes fundamentais na conservação do património. Hoje, os centros de interpretação são usados nas mais diversas situações. Um centro interpretativo assume o seu principal valor na reunião da informação mais importante para o entendimento de um objeto. Surge especialmente vocacionado na promoção de uma leitura global de realidades extensas que, "perdida a sua moldura original, surgem agora desarticuladas. O seu objetivo não é o de substituir a realidade, mas sim de a complementar, aumentando o potencial da visita".¹⁰

Explicar a importância da rua na sua origem, a sua singularidade histórica e arquitetónica, mas acima de tudo, mostrar através de maquetes, fotografias, plantas o que era a Rua da Sofia e como evoluiu no tempo. Desde o início, os centros de interpretação promoveram uma grande proximidade do objeto ao visitante, recorrendo a um conjunto de medidas que tornam o contacto interativo, desafiante, participativo. Para se iniciar um processo de interpretação do património, é fundamental procurar uma aproximação à essência do lugar que vai ser interpretado.

Cada lugar transmite sensações, significados e sentidos. Por esse motivo, é necessário perceber que são os habitantes locais a base. São eles que através das suas crenças e tradições transmitem emoções que os diferenciam de qualquer outra comunidade. Num centro de interpretação, pretende-se a convergência e a participação comunitária, o encontro entre os visitantes e as comunidades, propiciando a recuperação de saberes, a interpretação do património e a aproximação entre culturas, convertendo-se num eixo mobilizador do desenvolvimento local e de fortalecimento das identidades. Os CI têm como função criar um espaço onde o público entre em contacto com a essência dos lugares, primando por uma introdução informativa e motivacional, que sensibilize e prepare para a visita. Adicionalmente, os CI podem incluir funções de investigação, de conservação e de difusão. É ainda importante clarificar que estes, independentemente de qual seja o seu objeto de estudo, não se devem converter em réplicas de museus, ou em simples espaços de apresentação de coleções.¹¹ Aqui também se pode, e deve, privilegiar a tecnologia, priorizando-se a participação e o dinamismo.

⁸ TRINDADE, Luísa (s.d.). *História, urbanismo e interpretação: Viver (n)a cidade com o passado ativo*.

⁹ TILDEN, Freeman (1957). *Interpreting our heritage*.

¹⁰ TRINDADE, Luísa (s.d.). *História, urbanismo e interpretação: Viver (n)a cidade com o passado ativo*.

¹¹ NAMORA, Ricardo (2018). *Uma Coisa Chamada Hermenêutica*. Porto: Universidade do Porto Edições. pp.70.

Podem e devem incluir-se vídeos e técnicas interativas bem como desenhar atividades para os diferentes públicos, sobretudo no que toca a diferentes idades. A sua construção tem acima de tudo de respeitar a envolvente, recorrendo por exemplo a materiais que apresentem o mínimo impacto ambiental. Agradáveis aos sentidos, podem incluir ainda espaços e serviços complementares como a venda de produtos locais, recordações ou artesanato. Uma das funções principais é a de fornecer informações básicas que ajudem os visitantes a planificar e realizar a sua visita: descrições dos lugares que podem ser visitados, quais as atividades permitidas, a programação de passeios e visitas com interprete a determinados sítios, apresentação de filmes, ou organização de *workshops*. Para as comunidades, o CI deve ser visto como um eixo de interesse local, onde se podem desenvolver atividades em grupo, de voluntariado, de conservação do património e de revalorização da cultura. Pode ser também um lugar de encontro e de mútua aprendizagem entre as gerações e culturas residentes.¹²

Ao contrário de um museu, um centro de interpretação não pretende adquirir nem preservar uma coleção de artefactos. A missão deste, passa sim por comunicar a conservação *in situ*, admirando a beleza e singularidade, e procurando provocar no visitante emoções e reflexões alertando a sua consciência para a importância da conservação de um bem que é herança e pertença de todos.

Assim, segundo Bertonatti, Iriani e Castelli¹³ um centro de interpretação é uma exibição em torno de um guião de tipo museográfico, que conecta intelectual e emocionalmente o visitante com o património, estimulando emoções de forma a que este se comprometa com a sua conservação. Por outras palavras, procura incutir valores sociais ao visitante, de forma lúdica e dinâmica, sem que isso altere a seriedade e o rigor dos conteúdos educativos. Pretende-se que nos centros de interpretação, os visitantes tenham a oportunidade de receber informações de forma significativa e experienciem/usufruam do lugar.

Para Morales¹⁴ devemos olhar para a interpretação do património como um processo de comunicação de carácter criativo, entendido como a arte de revelar o significado e a importância do legado patrimonial ao visitante. É importante que este o compreenda, aprecie, e disfrute, pois, só assim será capaz de contribuir para a sua valorização e consequente conservação. Trata-se de estabelecer um elo de afeto pois só ele é garante de proteção.

Como nos diz Luísa Trindade, só nos é possível conhecer a realidade da Rua da Sofia ou de qualquer outra, inserindo-a no seu contexto mais vasto,

"Ou seja, num percurso que nos leva do geral para o particular e deste, de novo, para o primeiro. Percurso que é, afinal, o que concretiza o círculo hermenêutico

¹² MOREIRA-WACHTEL, Suzete; SOLÍS, Eloísa (2013). *La interpretación del patrimonio natural y cultural: una visión intercultural y participativa*. Cooperación Alemana al Desarrollo-Agencia de la GIZ e el Perú. Ministerio del Ambiente e Dirección General de Educación, y Ciudadanía Ambiental. pp. 17-19.

¹³ BERTONATTI, Claudio; IRANI, Óscar; CASTELLI, Luis (2010). Los centros de interpretación como herramientas de conservación y de desarrollo. *Boletín de Interpretación*, 23, pp.21.

¹⁴ MORALES, Jorge Miranda (s.d). *La planificación interpretativa asegura la excelencia en interpretación*.

do conhecimento e que está na base da interpretação, tal como Schleiermacher (1768–1834) o definiu: princípio circular segundo o qual o particular só pode ser entendido a partir do todo, e o todo só pode ser compreendido através das partes. Interpretar não é simplesmente o ato de obter uma informação. É sobretudo o ato de estabelecer relações, de conectar o que está disperso, de traduzir o incompreensível.”¹⁵

Mas afinal o que é a hermenêutica? De acordo com Richard Palmer, “a etimologia da palavra “hermenêutica” remete ao grego *hermeneuein* que significa “interpretar”, ou *hermeneia*, “interpretação”. A palavra também é associada a Hermes, o deus grego mensageiro, cuja função é “transformar tudo aquilo que ultrapassa a compreensão humana em algo que essa inteligência consiga compreender, e a quem os gregos atribuíram, por isso, a descoberta da linguagem e da escrita.”¹⁶ Aqui, interessa-nos a hermenêutica como teoria ou método de interpretação, tendo em vista a compreensão através da revelação dos seus sentidos, sendo que, podemos vê-la ainda como alegoria do próprio conceito de comunidade, se a pensarmos como atividade mental da compreensão que se organiza a partir da diversidade, tal como a própria comunidade, que parte da noção individual de cultura para se transformar numa noção conjunta quando vista em sociedade.¹⁷ Percebe-se, pelo que foi dito sobre o ato de interpretar, que um centro interpretativo deverá ser sempre um espaço de articulação, onde se clarificam mal entendidos. Também a Associação de Interpretação do Património (AIP), uma organização que reúne diversos especialistas da área, define interpretação do património como sendo “a arte de revelar *in situ* o significado do legado natural e cultural ao público que visita um sítio patrimonial no seu tempo livre.” Nesta definição, destacam-se dois elementos fundamentais, o ato de revelação como elemento prioritário de comunicação e o facto da interpretação se orientar para um público que faz uso do seu tempo livre para conhecer um conjunto ou sítio patrimonial.¹⁸

Hoje em dia procura-se estimular o uso dos sentidos, “fazer pensar” o visitante, de modo a conseguir que este venha a ter atitudes positivas perante o património. Deste modo, é através do estímulo ao pensamento que se espera que o visitante adote uma atitude positiva perante o que está a observar¹⁹. A interpretação deve produzir na mente do público uma linha de pensamentos críticos e de significados durante e depois da sua passagem pelo CI. Esta deve ser vista como um instrumento de grande utilidade para o património, e não apenas como meio de lazer. Há que trabalhar nessa direção para fazer rentabilizar social e culturalmente esse esforço, tanto de criatividade, planificação, ou do ponto de vista económico. Assim, a

¹⁵ TRINDADE, Luísa (s.d) *História, urbanismo e interpretação: Viver (n)a cidade com o passado ativo*.

¹⁶ NAMORA, Ricardo (2018). *Uma Coisa Chamada Hermenêutica*. Porto: Universidade do Porto Edições. pp.15.

¹⁷ NAMORA, Ricardo (2018). *Uma Coisa Chamada Hermenêutica*. Porto: Universidade do Porto Edições. pp.11.

¹⁸ MOREIRA-WACHTEL, Suzete; SOLÍS, Eloísa (2013). *La interpretación del patrimonio natural y cultural: una visión intercultural y participativa*. Perú: Cooperati6n Alemana al Desarrollo-Agencia de la GIZ e el Perú.

Ministério del Ambiente e Direcci6n General de Educaci6n, y Ciudadania Ambiental. pp. 17-19.

¹⁹ MORALES, Jorge Miranda (2008). *El sentido y metodologia de la interpretaci6n del Patrimonio*. Gij6n: Trea.

finalidade da interpretação do património passa por “provocar o pensamento”, produzindo mudanças nos âmbitos cognitivos, afetivos e comportamentais do visitante.

Em suma, podemos definir os três principais objetivos/finalidades da interpretação: o contributo para a conservação do lugar; a melhoria da gestão e do aproveitamento educativo e recreativo e o enriquecimento cultural do visitante, de modo a que este se sinta parte integrante do património e adote uma atitude valorizadora e conservadora.

Segundo Ham²⁰ o objetivo de disfrutar enquanto se aprende é o que torna a interpretação diferente das outras atividades comunicacionais, por um lado aumenta a diversão, o aspeto lúdico da atividade, por outro reforça a aquisição de conhecimentos. Finalizamos esta primeira parte do discurso recorrendo a Óscar Navarras²¹ quando este afirma que um centro interpretativo tenta, em primeiro lugar entender a identidade social, deixando de ser um “museu-templo” para passar a ser um “museu-comunidade”, pensado para a sociedade que o viu nascer.

1) Património Cultural

Hoje, as cidades assumem, mais do que nunca uma grande importância na perspetiva do desenvolvimento, onde a cultura, é vista como um fator essencial da vida comunitária. A Nova Agenda Urbana²² permitiu que aos 3 pilares da sustentabilidade, sociedade, ambiente e economia, se juntasse, agora um 4º, a cultura, e em particular o património cultural. O grande objetivo, é demonstrar o forte potencial da cultura como elemento catalisador da evolução da cidade. Ora, o património e a cultura são conceitos em constante evolução, mas que veem no passado e na memória um eixo importante de desenvolvimento, impedindo assim a descaracterização e a perda da integridade e autenticidade da sociedade. E porque a evolução de uma cidade, não é, nem pode ser, sinónimo de perda, é necessário continuar a ver no passado um elemento chave para transmitir às gerações vindouras, conceitos de pertença e memória, assegurando assim o futuro dos povos.

A sustentabilidade é, segundo a UNESCO, o desenvolvimento que permite dar uma resposta às necessidades presentes, não comprometendo a mesma capacidade de resposta que vai ser necessária para as gerações vindouras, e a cultura é um fator essencial, visto que permite o desenvolvimento sustentável das cidades relacionando o plano económico, político-social, o

²⁰ HAM, Sam (2005). Audiencias cautivas y no cautivas: Un relat de cómo llegué a essa idea y a qué me rferio com esto. *Boletín de Interpretación*, 13, pp.2-4.

²¹ NAVARRAS, Óscar (2007). Interpretar el Museo. *Boletín de Interpretación*, 17, pp.8.

²² Nova Agenda Urbana - Forúm das Cidades (2016). Disponível em http://www.forumdascidades.pt/sites/default/files/nova_agenda_urbana_2016_pt_0.pdf [consultado a 2 de maio de 2019].

humano, e ainda arrastando consigo bases fundamentais para a sociedade como a educação, a democracia, ou a solidariedade social.

Manter os espaços patrimoniais é no geral, uma atitude facilmente compreensível: para grande parte de nós, é intrínseco o significado de pertença do bem patrimonial comum, é intrínseco o sentimento de valor, herança e responsabilidade para conosco e para com as gerações futuras. Aqui, o denominador comum que importa é só um, o de apresentar um património comum. Um património que é de todos e que faz parte da identidade de cada um.

O Património Cultural pode ser definido segundo Pierre-Laurent Frier²³ como “o conjunto de marcas ou vestígios da actividade humana que uma comunidade considera como essenciais para a sua identidade e a sua memória colectivas e que deseja preservar a fim de as transmitir às gerações vindouras”. O mesmo sentido que enforma a Lei do Património Cultural²⁴ segundo a qual “todos os bens que sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante, devem ser objeto de especial proteção e valorização”. Ou seja, cabe ao Estado e entidades públicas, a tarefa de promover e garantir direitos fundamentais como o acesso à cultura, criação e fruição cultural a par da preservação, defesa e valorização do património cultural²⁵. Mas, ao direito de fruição cultural, surge intrinsecamente associado o “dever de preservar, defender e valorizar o património cultural”, pois para além de ser um direito, é também um dever fundamental de todos os cidadãos²⁶. Embora o património cultural constitua “um importante factor de desenvolvimento económico tanto no plano interno como no plano internacional”²⁷, a obrigação do “Estado proteger e valorizar o património cultural deve ser encarada como um instrumento primordial de realização da dignidade da pessoa humana, objecto de direitos fundamentais, ao serviço da democratização da cultura e no esteio da independência e identidade nacionais”²⁸.

É a Convenção de Granada que, em 1985, dá primazia à salvaguarda do património arquitectónico da Europa. Nos termos desta Convenção, a expressão “património arquitectónico” compreende: “[...] 2) os conjuntos arquitectónicos – agrupamentos homogéneos de construções urbanas ou rurais, notáveis pelo seu interesse histórico, arqueológico, artístico, científico, social ou técnico, e suficientemente coerentes para serem objecto de uma limitação topográfica²⁹; [...]”

²³ Droit du Patrimoine Culturel (1997). Disponível em <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k48055497/f12.image>. [consultado em 2 de junho de 2018]. p.13.

²⁴ Lei 107/2001 de 8 de setembro. Disponível em <https://dre.pt/pesquisa/-/search/629790/details/maximized>. [consultado em 2 de junho de 2018].

²⁵ (2005). *Constituição da República Portuguesa*. Porto: Porto Editora, Art.º 52.º, n.º 3, al. a), 66.º, n.º 2, als. c) e e), 73.º, n.º 1 e 3, e 78.º.

²⁶ *Idem*. art.º 78.º, n.º 1.

²⁷ NABAIS, José Casalta (2010). *Introdução ao Direito do Património*. Coimbra: Edições Almedina. pp.227.

²⁸ Decreto-Lei n.º 265/2012 de 28 de dezembro. Disponível em http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=1574&tabela=leis&so_miolo=. [consultado em 2 de junho de 2018].

²⁹ NABAIS, José Casalta (2010). *Introdução ao Direito do Património Cultural*. Coimbra: Edições Almedina. pp.142.

Em Portugal, os bens patrimoniais submetem-se, em termos legislativos, à Constituição da República Portuguesa, à Lei de Bases do Património Cultural (107/2001), aos Decretos-lei 138/2009, 114/2012 e 115/2012, entre outros.

Em síntese, por património cultural entendemos, “todos os bens que, sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante, devam ser objecto de especial protecção e valorização”³⁰. O património faz recordar o passado, sendo um testemunho do mesmo, e expressa a identidade histórica e as vivências de um povo, contribuindo para a sua preservação. É a herança cultural do passado, vivida no presente, que será transmitida às gerações futuras³¹.

De cada vez que o património é destruído, não estamos apenas a perder um pouco de cultura, mas também um pouco da identidade de cada cidadão pertencente a uma sociedade comum. São as memórias do passado que nos fazem sentir integrados no meio social. Assim, e por essa razão, podemos dizer que é o património, material e imaterial, a memória associada aos edifícios e espaços de uma cidade que são testemunho na nossa presença social. São o testemunho do passado e são eles que vão permanecer no futuro, podendo ser vistos como memórias que nunca envelhecem, nós morremos, eles renovam-se. “Uma cidade sem os seus velhos edifícios é como um homem sem memória”³².

É evidente que as cidades não param no tempo, e modificam-se com o aparecimento de novos edifícios, contudo, isto não implica que nos esqueçamos de salvaguardar o património já existente. Até porque, como já vimos, a perda dele representa também a perda de uma parte da nossa própria identidade cultural. Foi a partir da Segunda Grande Guerra que se começaram a criar laços afetivos e a existir uma sensibilidade romântica para com o património perdido (ruína). E foi esse mesmo trabalho de luto para com a perda que nos fez perceber que o tempo é irreversível, que a luta contra ele é obviamente destinada ao fracasso, contudo foi também através dele que percebemos a importância de salvaguardar um património que é nosso, e que a todos pertence, como meio de não deixar mais feridas abertas na identidade cultural de um povo³³.

Contudo, não é certo falar em património sem falar em território. Só a partir do território conseguimos identificar, selecionar e conservar o nosso património. Se aceitarmos que os bens são territórios de valores culturais, a compreensão destes, remete-nos, numa primeira instância, a um lugar onde se originam e, talvez, onde se encontram; um espaço chave para a “leitura cultural” dos objetos e ações patrimoniais. Não é a paisagem que produz o património, são os coletivos que nele habitam e que são, por sua vez, produtores desse

³⁰ (s.d). *Lei nº 107/2001, de 8 de Setembro - Lei de Bases da Política e do Regime de Protecção e Manutenção do Património Cultural, Artº2, alínea 1.*

³¹ NABAIS, José Casalta (2010). *Introdução ao Direito do Património Cultural*. Coimbra: Edições Almedina. pp.227

³² CASEBRE, Ricardo (2016). *Preservar o Património Histórico e Cultural*. Disponível em <http://www.almeirinese.com/2016/09/07/preservar-o-patrimonio-historico-e-cultural/> [consultado a 9-01-2018]

³³ GUILLAUME, Marc (2003). *A Política do Património*. Porto: Campo das Letras.

património. São também eles que territorializam esse espaço e fazem da paisagem parte do seu território oferecendo-nos as chaves para a identificação do património e para a sua consequente conservação³⁴. O património assume-se como um elemento fundamental na construção da identidade cultural e social, sendo, simultaneamente a própria materialização dessa identidade social, assim sendo, é a partir desta ideia que partem diversas ramificações, que convergem com conceitos que tanto nos interessam, como a memória ou a comunidade.

Importa, finalmente, sublinhar que a noção de património está em constante evolução. Ou seja, o que ontem era um bem descartável é hoje considerado digno de preservação sendo-lhe atribuído um valor de exceção. O que, na prática significa que embora intrinsecamente ligado ao passado e à memória, a ideia de património é sempre presente. É no presente e através dos problemas ou perspetivas atuais que se equaciona a nossa relação com o passado. Para Emma Waterton e Laurajane Smith, o património é essencialmente conceptual e por isso todo ele intangível. Quando a autora afirma que "*There is no such thing as heritage*", está apenas a sublinhar o carácter relativo e em permanente transformação do conceito. Património não é uma qualidade inerente ao objeto, mas uma ideia que alguém lhe atribui e que espoleta uma relação diferente com esse bem³⁵.

Coimbra tem de facto potencial cultural. A arquitetura, o património, as iniciativas de cariz cultural, os residentes e os turistas, contribuirão para uma cidade mais jovem e criativa. Nos últimos anos, a cultura tem sido vista como um vínculo estratégico no desenvolvimento económico sustentável das sociedades.

“O novo quadro comunitário europeu, traçou metas para 2020, colocando o património como elemento potencialmente dinamizador dos territórios e das comunidades. Quadro que se encontra dividido por regiões, para o Programa Operacional da Região Centro serão disponibilizados 2.155 milhões de euros, dos quais 1.751 milhões para o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) e 404 milhões para o Fundo Social Europeu (FSE). O novo Programa Operacional da Região Centro estrutura-se em 9 eixos prioritários, sendo que no 7º “Afirmar a Sustentabilidade dos territórios”, o património ocupa um papel central - “disseminado pelo território e vivido pelas comunidades, contém em si a genuinidade e a singularidade potenciais geradoras de inovação, mas também de qualificação territorial e de coesão social.” Deste modo reconhece-se a incontornabilidade do património como elemento de identidade e de coesão social, mas também como instrumento impulsionador de desenvolvimento sustentável.”³⁶

A concretização da salvaguarda, deverá competir à sociedade em geral: “todos têm direito à fruição e criação cultural, bem como o dever de preservar, defender e valorizar o património”

³⁴ NAVARRAS, Óscar (2007). Interpretar el Museo. *Boletín de Interpretación*, 17, pp.17.

³⁵ WATERTON, Emma; SMITH, Laurajane (2010). "The recognition and misrecognition of community heritage", *International Journal of Heritage Studies*, 16, pp.4-15.

³⁶ Programa Operacional da Região Centro. Disponível em <http://centro2020.ccdrc.pt/index.php/documentos-gerais-2> [consultado em 28 de fevereiro de 2019]. p. 33.

sendo que o principal papel compete ao Estado, quer como tarefa fundamental, “proteger e valorizar o património cultural do povo português, defender a natureza e o ambiente, preservar os recursos naturais e assegurar um correcto ordenamento do território” , quer como ação específica em “promover a salvaguarda e a valorização do património cultural, tornando-o elemento vivificador da identidade cultural comum”³⁷.

2) Cidade: Memória, Identidade e Comunidade

«A cidade é o habitat natural do homem e é na relação que com ele estabelece que se baseia qualquer civilização.»³⁸

A cidade não é, nem pode ser vista apenas como uma construção arquitetónica e estática, pelo contrário, a cidade tem as suas raízes nas pessoas que dela usufruem todos os dias pelo que, como sublinhou Aldo Rossi³⁹ a base da leitura da cidade deve ser o seu conteúdo social.

Os conjuntos históricos e o seu enquadramento formam um património universal insubstituível, pelo que a sua salvaguarda e integração na vida coletiva devem constituir uma obrigação para os governos bem como para os cidadãos⁴⁰. E são os cidadãos o principal vetor de uma sociedade, são eles que tornam “viva” a cidade. Ainda seguindo Aldo Rossi⁴¹ na cidade deveria ser valorizado o “lugar e a memória coletiva”, onde está presente a mutação do espaço urbano ao longo das épocas, interligando o tipo de edificado e a morfologia urbana de cada tempo.

A identidade é um processo de identificações historicamente apropriadas que conferem sentido ao grupo (social)⁴². Ou seja, ela implica um sentimento de pertença a um determinado grupo étnico, cultural, religioso. A construção dessa identidade não é estável ou unificada, pelo contrário, é mutável, é algo que se transforma ao longo do tempo através das relações que vai desenvolvendo com outras sociedades. Deste modo, podemos defender que as sociedades são resultados de processos de (con)textualização e de (des/re)contextualização de identidades culturais⁴³.

³⁷ Constituição da República Portuguesa (2005). Porto: Porto Editora. art.º 78º

³⁸ ROSSA, Walter (2015). *Fomos Condenados à Cidade: uma década de estudos sobre património urbanístico*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

³⁹ ROSSI, Aldo (2001). *A Arquitectura da Cidade*. Lisboa: Edições Cosmos. pp.60.

⁴⁰ SALGUEIRO, Teresa (1999). *A cidade em Portugal: Uma geografia urbana*. Porto: Edições Afrontamento. pp.391.

⁴¹ ROSSI, Aldo (2001). *A Arquitectura da Cidade*. Lisboa: Edições Cosmos. pp.23-25.

⁴² CRUZ, Rodrigo Diaz (1993). Experiencias de la identidade. *Revista internacional de Filosofia Política*, 2, pp.63-74.

⁴³ SANTOS, Boaventura de Souza (1994). Modernidade, identidade e a cultura de fronteira. *Revista Tempo Social*, 5, pp.31-52.

Devemos olhar para a memória como um fenómeno social, socialmente construída e reproduzida ao longo do tempo. Assim como o património cultural, a memória social é dinâmica, mutável e seletiva, pois nem tudo o que é importante fica registado para o futuro. Para Halbwachs⁴⁴ a memória está na base da construção da identidade, e esta pode ser entendida sob três critérios, os acontecimentos, as personagens e os lugares, e é esta que reforça no ser humano o sentimento de pertença identitária, garantindo a coesão histórica da comunidade. Deste modo, o património cultural é reproduzido e preservado através da memória, permitindo a construção da identidade, um fenómeno produzido em referência aos outros, e que está intimamente relacionado com critérios como a aceitação, a admissão ou a credibilidade. Estes conceitos, memória, identidade, comunidade e património, não podem ser dissociados, e devem ser compreendidos como elementos chave da e para a vida social.

⁴⁴ *Idem.*

CAPÍTULO III: A CLASSIFICAÇÃO PELA UNESCO – ALTA E SOFIA

A inscrição na Lista do Património Mundial (World Heritage List), da UNESCO, segundo a Convenção de 1972,⁴⁵ é um processo moroso e de difícil concretização, tendo de cumprir pelo menos um dos dez seguintes critérios específicos, que valorizam a integridade e autenticidade do bem cultural:

“(i) O património tem de representar uma obra-prima do génio criativo humano;”

“(ii) Deve testemunhar uma troca de influências consideráveis durante um dado período ou numa área cultural determinada, sobre o desenvolvimento da arquitetura, ou da tecnologia das artes monumentais, da planificação das cidades ou da criação de paisagens;”

“(iii) Deve constituir um testemunho único ou pelo menos excecional de uma tradição cultural ou de uma civilização viva ou desaparecida;”

“(iv) Deve oferecer um exemplo excecional de um tipo de construção ou de conjunto arquitetónico ou tecnológico ou de paisagem ilustrando um ou vários períodos significativos da história humana;”

“(v) Deve ser um exemplo destacado de um estabelecimento humano tradicional ou do uso da terra, que seja representativo de uma cultura (ou várias), especialmente quando se torna(m) vulnerável(veis) sob o impacto de uma mudança irreversível;”

“(vi) Deve estar diretamente ou tangivelmente associado a eventos ou tradições vivas, com ideias ou crenças, com trabalhos artísticos e literários de destacada importância universal;”

“(vii) Deve estar direta ou materialmente associado a acontecimentos ou a tradições vivas, a ideias, a crenças, ou a obras artísticas e literárias com um significado universal excecional;”

“(viii) Deve ser um exemplo extraordinário representativo de diferentes estágios da história da Terra, incluindo o registo da vida e dos processos geológicos no desenvolvimento das formas terrestres ou de elementos geomórficos ou fisiográficos importantes;”

“(ix) Deve ser um exemplo excecional que represente processos ecológicos e biológicos significativos da evolução e do desenvolvimento de ecossistemas terrestres, costeiros, marítimos ou aquáticos e comunidades de plantas ou animais;”

“(x) Deve conter os mais importantes e significativos habitats naturais para a conservação *in situ* da diversidade biológica, incluindo aqueles que contenham espécies ameaçadas que possuem um valor universal atípico do ponto de vista da ciência ou da conservação;”

“Deve ainda responder às condições de integridade e/ou autenticidade e beneficiar de um sistema de proteção e gestão adequado para assegurar a sua salvaguarda.”

⁴⁵ UNESCO - World Heritage List. Disponível em <http://whc.unesco.org/en/conventiontext/> [consultado a 2 de maio de 2019].

Deste modo, o primeiro passo é proceder à realização de um inventário (designado pela UNESCO de “Tentative List”) das potenciais propriedades por forma a serem depois analisadas e avaliadas. Este é uma espécie de lista na qual cada estado-membro organiza as propriedades que quer ver submetidas para inscrição na lista do Património Mundial nos cinco a dez anos seguintes. Nessa lista têm de estar presentes todas as informações descritivas de cada um dos lugares submetidos à candidatura. As informações incluem o nome da propriedade, o nome da entidade responsável pela “Tentative List”, a localização em coordenadas geográficas, a descrição da propriedade, a justificação para a introdução da propriedade no inventário, os critérios metodológicos que presidiram à inclusão da propriedade e, por fim, a declaração de autenticidade e ou de integridade. Depois de completar todos estes passos, o documento deverá ser submetido ao Centro do Património Mundial, para ser estudado pelo Comité para o Património Mundial em colaboração com o ICOMOS e o ICCROM, apreciando e fechando o processo de candidatura para que em futuras assembleias-gerais da organização e durante o período de dez anos, possam obter ou não a eleição e inscrição do bem candidato na lista do Património Mundial⁴⁶.

A candidatura da Universidade de Coimbra, Alta e Sofia demorou trinta anos até ser finalmente apresentada, sendo que ao longo desse período sofreu algumas alterações necessárias até ser efetivamente concretizada. Coimbra teve o primeiro contato com a “Tentative List” em 1981, com o programa “Coimbra Antiga e Vivificação dos Centros Históricos”. Em 1983, a missão portuguesa apresentou uma nova lista indicativa de sete bens culturais à UNESCO a propor para a lista do Património Mundial, na qual se incluía a zona monumental de Coimbra, no entanto, apenas três – Mosteiro dos Jerónimos, Mosteiro da Batalha e Convento de Cristo – mereceram tratamento adequado por parte do Ministério da Cultura. Anos depois, foi constituída uma Associação (RUAS – Recriar a Universidade Alta e Sofia) que envolvia quatro identidades fundamentais, a Universidade de Coimbra, a Câmara Municipal de Coimbra, a Direção Regional da Cultura do Centro e a Coimbra Viva, celebrando assim um protocolo de cooperação para que a candidatura passasse a ser da Universidade de Coimbra, com o objetivo de aumentar as hipóteses de ser aceite. Essa candidatura foi composta por sete volumes – “Candidatura”, “Plano de Gestão”, “Textos Gerais”, “Influências”, “Planos Diretores”, “Execução” e “Zona de Proteção” – foi apresentada com o título “Universidade de Coimbra – Alta e Sofia” e entregue à UNESCO em fevereiro de 2012 para a posterior apreciação⁴⁷.

Esta nova candidatura correspondeu a três dos dez critérios instituídos:

“(ii) Deve testemunhar uma troca de influências consideráveis durante um dado período ou numa área cultural determinada, sobre o desenvolvimento da arquitetura, ou da tecnologia das artes monumentais, da planificação das cidades ou da criação de paisagens; [a

⁴⁶ MARQUES, C.; LOPES, N.; Pinto, S (2012). *Dossiê de Candidatura: Universidade de Coimbra, Alta e Sofia - Candidatura a Património Mundial*. Coimbra: Universidade de Coimbra.

⁴⁷ MARTINS, J (2013). *E depois do Carimbo?*. Coimbra: Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade de Coimbra.

Universidade de Coimbra desempenhou ao longo dos seus sete séculos de história, um papel não só de produção mas também de transmissão de conhecimentos e saber, numa área que abrange os quatro continentes do antigo império português.]”

“(iv) Deve oferecer um exemplo excepcional de um tipo de construção ou de conjunto arquitetónico ou tecnológico ou de paisagem ilustrando um ou vários períodos significativos da história humana; [A Universidade de Coimbra é um conjunto arquitetónico notável, simultaneamente ilustrativo das diversas funções da instituição universitária, que tem as suas origens na Idade Média, e dos vários períodos significativos da história da arquitetura e da arte portuguesa e do espaço geográfico e cultural português – o do antigo Império português. A sua história está intimamente relacionada com as reformas nos campos ideológicos, pedagógicos e culturais, com correspondências diretas ao nível material.]”

“(vi) Deve estar direta ou materialmente associado a acontecimentos ou a tradições vivas, a ideias, a crenças, ou a obras artísticas e literárias com um significado universal excepcional; [A Universidade de Coimbra desempenhou um papel único na constituição e unidade da língua portuguesa, expandindo a norma culta da língua e consagrando-se como importante oficina literária e centro difusor de novas ideias. É também a única Universidade em todo o espaço geográfico de administração portuguesa, a sua ação estendeu-se na formação dos profissionais que seguiam para o espaço geográfico de administração portuguesa, quer continental e insular, quer nos antigos territórios ultramarinos até às suas respetivas independências, formando as elites e os movimentos de resistência e contestação ao poder. A universalidade desta Universidade está ainda bem viva nos vários cantos do mundo, já que são muitos os atuais estudantes universitários de vários países, sobretudo os lusófonos, que retomam aquela história, influenciando e deixando-se influenciar culturalmente, mantendo viva a troca de ideias e de conhecimentos.]”

Dada a identidade particular a nível nacional e internacional da Universidade, a candidatura justificou-se também, entre outros, pelo facto de esta ser uma das mais antigas Universidades da Europa, e a única Universidade do universo português até 1911. Por este conjunto de critérios e condições, a UNESCO, em junho de 2013, reconheceu a Universidade de Coimbra - Alta e Sofia, como Património Mundial da Humanidade.

CAPÍTULO IV: APRESENTAÇÃO DO PROJETO

1) Apresentação do Projeto

1.1. Forma Jurídica

O Centro Interpretativo da Sofia caracteriza-se como sendo uma instituição público-privada, dado que apesar do edifício pertencer a privados (Diário de Coimbra), o CI contará com o apoio financeiro do Estado. E sem fins lucrativos.

1.2. Denominação e Localização

O nome escolhido — Centro Interpretativo da Sofia (CIS) — explica-se por ser absolutamente evidente e claro quanto ao objeto de estudo: a Rua da Sofia, uma das principais artérias da cidade de Coimbra. Deste modo, e como de outro não faria sentido, o CIS localizar-se-á na própria Rua, tendo, após uma pesquisa detalhada, sido escolhido o antigo edifício do Diário de Coimbra (175D, 3000-391 Rua da Sofia, Coimbra). Optou-se por não o colocar num dos próprios colégios quer por questões de propriedade, quase todos atribuídos a serviços e entidades ora estatais, ora explorados por particulares, sem que qualquer deles apresentasse uma situação simples de trabalhar, pelo menos em tempo útil. Por outro lado, a escolha do DC permite manter uma visão de conjunto sobre os edifícios colegiais sem privilegiar qualquer deles. Finalmente o antigo edifício do Diário de Coimbra, apresenta várias vantagens: está devoluto e apenas aparentemente em elevado estado de degradação. Pertence ao DC que poderá estar interessado numa parceria, permitindo tratar dois objetos diferentes que têm em comum uma história rica: o Diário de Coimbra e a Rua da Sofia. Essa junção poderá contribuir ativamente para a construção de sinergias várias, potenciadoras de um maior dinamismo cultural e de uma conseqüente atração de públicos diferentes. Para além da própria história do edifício e da sua importância na cidade — dando-se inclusivamente continuidade à sua vocação de informação — o edifício, enquanto estrutura arquitetónica, responde a um conjunto de fatores-chave considerados essenciais à construção de um Centro de Interpretação tais como a localização central na rua, a dimensão e configuração, bem como a existência de um pequeno espaço ao ar livre.

Os transportes não serão problema, visto que pela Rua da Sofia passam inúmeros autocarros da rede urbana de Coimbra SMTUC⁴⁸, bem como carros particulares ou táxis. Quanto ao estacionamento existem dois parques próximos (Arnado e Tivoli) e a deslocação pode também ser feita a pé, visto que a rua se situa no centro da cidade.

⁴⁸ 4: Estação Nova – Olivais; 5: Pedrulha – Estádio; 6: Hospital dos Covões – Hospitais U.C; 7: Arnado – Tovim; 7T: Palácio da Justiça – Tovim; 11: Arnado – B. Norton Matos; 24: Arnado – Quinta da Nora; 24T: Palácio da Justiça – Quinta da Nora; 27: Praça da República – Bairro do Ingote; 28: Universidade – Bairro do Ingote; 29: Estação Nova – Hospitais U.C; 103: Estação Nova – S. António dos Olivais;

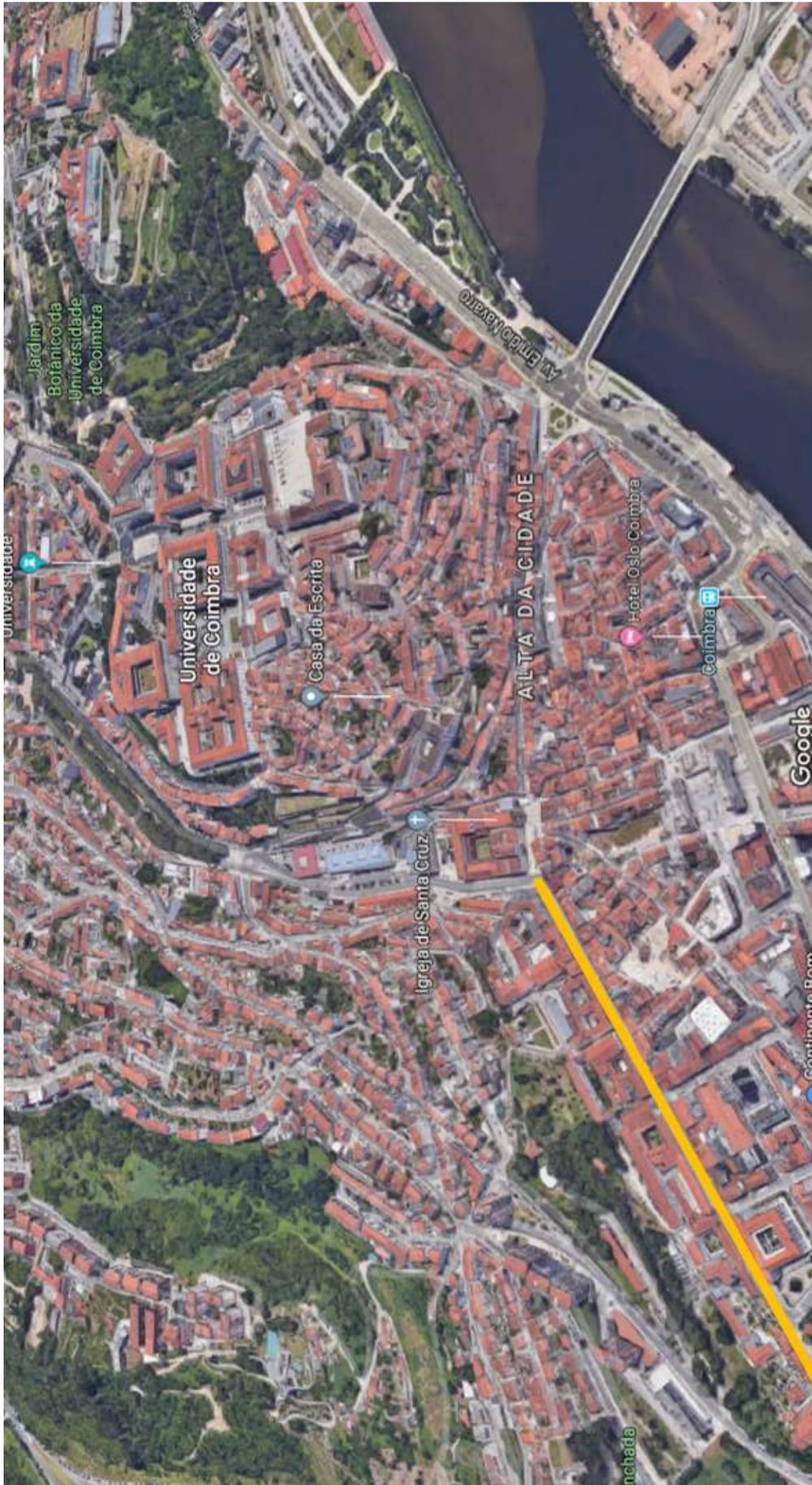


Figura 1 Mapa da Cidade de Coimbra (Imagem de Satélite – Google Maps), correspondendo a linha amarela à Rua da Sofia.

1.2.1. Diário de Coimbra

Localizado na Rua da Sofia, hoje, encontramos o antigo edifício do Diário de Coimbra⁴⁹ ao abandono. Contudo a história do edifício funde-se em parte com a própria história do jornal. “Fundado a 24 de maio de 1930 por Adriano Viegas da Cunha Lucas (1883-1950) este diário generalista tinha como principal objetivo a partilha de informação de Coimbra, do país e do mundo. Vindo a ser considerado como o mais antigo português e um dos mais antigos jornais europeus ainda em circulação. Resistiu à devastação da II Guerra Mundial, tendo vindo a permanecer na propriedade da família do seu fundador, ao contrário de muitos outros jornais que se viram obrigados a encerrar ou a alterar a sua estrutura organizacional. O grupo onde que se insere o Diário de Coimbra inclui também o Diário de Aveiro, o Diário de Leiria e o Diário de Viseu.”⁵⁰ Hoje, este jornal, assume-se como um grupo de referência na imprensa regional portuguesa. Apresenta um custo de 80 cêntimos, e tem uma tiragem diária de 10 000 exemplares, dos quais cerca de 1500 são distribuídos pelas autarquias locais, associações e entidades privadas, 6500 são destinados aos clientes por contrato de assinatura mensal e 2000 são reservados para as vendas em banca. Com isto, estima-se que tenha uma média de 120 000 leitores diários.

Originalmente, o jornal estava sediado nas Escadas de Quebra-Costas, nº 27. Sendo que apenas em 1941, é transferido para as instalações da Rua Da Sofia, nº 179, onde resistiu até meados de 2017. A impressão do jornal era feita folha a folha, numa máquina plana sem corte de páginas. Cada folha era impressa e, posteriormente, dobrada, correspondendo a oito páginas do jornal, que tinham de ser abertas pelo leitor, a exemplo do que se fazia com os livros em brochura. De 7 de julho de 1945 a 4 de julho de 1946, o Diário de Coimbra não foi para as bancas por decisão governamental. A 29 de junho de 1945, com Adriano Lucas como seu editor, o jornal publicou um artigo - “Max, artista de circo” - que ridicularizava António de Oliveira Salazar e o reitor Maximino Correia, usando nomes falsos para os mesmos. O artigo foi visado pela censura, tendo o Governo aplicado ao Diário de Coimbra uma pena de suspensão de publicação de 20 dias, exigindo ainda a substituição do diretor. Contudo, apenas um ano depois o jornal voltou a publicar, após diligência pessoal de Bissaya Barreto. Chegava então ao fim a mais grave penalidade da história aplicada a um diário português, ficando suspenso desde 7 de julho de 1945 a 11 de Julho de 1946.⁵¹

⁴⁹ Diário de Coimbra. Disponível em <http://www.diariocoimbra.pt/estatuto-editorial>. [consultado a 03 de julho de 2019].

⁵⁰ CRUZ, Vanessa (2015). Diário de Coimbra. Guarda: Relatório de Estágio apresentado ao Instituto Politécnico da Guarda. pp.4-18.

⁵¹ Diário de Coimbra. Disponível em <http://www.diariocoimbra.pt/estatuto-editorial>. [consultado a 03 de julho de 2019].

No dia 17 de dezembro de 1950, faleceu Adriano Viegas da Cunha Lucas, fundador do Diário de Coimbra, assumindo o seu filho, Adriano Lucas a liderança do jornal. Ainda nesse mesmo mês, Adriano Lucas convocou o Diretor do Diário de Coimbra e todos os colaboradores do jornal para explicar que não dispunha das mesmas condições financeiras do seu pai e, portanto, não poderia continuar a pagar o papel, tendo o jornal de se manter recorrendo à publicidade. Este continua a ser um fator relevante nos dias que correm, na medida em que a maior fonte de rendimento dos jornais e de praticamente todos os meios de comunicação social reside na publicidade e nos fundos gerados pela mesma. Em 1997, o jornal muda as suas instalações para a Rua Adriano Lucas, mantendo-se apenas na Rua da Sofia um serviço de atendimento para publicidade e assinaturas. No ano de 2011 o Diretor Adriano Lucas faleceu, ficando o seu filho, Adriano Callé Lucas, a exercer as funções do pai. O Diário de Coimbra surge como defensor da liberdade individual, da fraternidade e da solidariedade, opondo-se a quaisquer ideologias coletivistas, totalitárias, fascistas ou comunistas, que alienam e escravizam os seres humanos, bem como ao centralismo do Estado, às práticas monopolistas e a todos os abusos do poder. De acordo com Adriano Lucas,

“a sua ação é pautada pela defesa do cidadão e das minorias, da valorização de Coimbra, da Região das Beiras e das suas gentes, da livre iniciativa privada, da economia de mercado e da sã concorrência, bem como da plena integração europeia, numa Europa federada, numa Europa dos Cidadãos e das Regiões. Como “Órgão Regionalista das Beiras”, o Diário de Coimbra defende a criação da Região das Beiras e a regionalização do país, enquanto processo de efetiva descentralização e transferência de poderes e competências para as várias regiões, para que cada comunidade regional ou local possa decidir sobre o que mais diretamente lhe diz respeito.”⁵²

⁵² Diário de Coimbra. Disponível em <http://www.diariocoimbra.pt/estatuto-editorial>. [consultado a 03 de julho de 2019].

2) Descrição do Projeto

A descrição será necessariamente sumária pois só ao colocar o projeto em prática se poderá verdadeiramente aferir todas as necessidades. Este é por isso um primeiro "esqueleto" que será naturalmente modificado à medida que for sendo concretizado. Ainda assim, fornece dados essenciais à equação.

2.1. O Que Faz

O grande objetivo deste projeto é servir a comunidade. Claro que este também tem objetivos de proteção do património, visto que a informação da população será um passo essencial à sua consciencialização. Também passa pelos objetivos do CIS receber turistas que pretendam conhecer a Rua da Sofia e a ligação desta com a Cidade. Nele o público poderá contar com uma sala onde estará a exposição permanente, outra que servirá exposições temporárias, workshops e palestras. Para além disto, o edifício estará equipado com um café-biblioteca, casas de banho, uma balcão/loja, elevadores e ocasionalmente será disponibilizado o espaço do jardim para eventos pontuais.

2.2. Como Faz

Para a sua implementação, este projeto precisará de pelo menos 12 meses após ser disponibilizado o financiamento, pois terá de passar por quatro etapas fundamentais, de acordo com o esquema definido no Manual de Apoio a Projetos de Gestão do Património, o Pré-planeamento, o Planeamento, a Implementação e o Controlo. Importa referir que para cada uma destas quatro etapas existem sempre duas dedicadas à implementação e controlo.

2.3. Que Fatores Utiliza

Recursos Humanos		
Recurso	Quantidade	Preço
Rececionista	1	896€
Empregado bar	1	651€
Assistente de loja	1	672€
Segurança	1	660€
Assistente de limpeza	1	589€

Recursos Materiais	
Café-Biblioteca (a título exemplificativo)	
Balcão para Bar/Recepção	1
Bancos	A definir
Mesas	A definir
Cadeiras	A definir
Estantes	A definir
Candeeiros	A definir
Sofás	A definir
Computadores	A definir
Decoração	A definir
Materiais de apoio ao bar	A definir
Tomadas elétricas	A definir
Livros/Revistas/Jornais	A definir

Recursos Materiais	
Sala Sofia (a título exemplificativo)	
Maquete	1
Painéis Móveis	A definir
Bancos	A definir
Candeeiros	A definir
Mapa interativo	1

Recursos Materiais	
Sala da Comunidade (a título exemplificativo)	
Cadeiras	A definir
Mesas	A definir
Estantes	A definir
Balcão	A definir
Poliedro	1
Projektor	1
Computadores	A definir
Sofás	A definir
Candeeiros	A definir

Recursos Materiais	
Sala da Imprensa (a título exemplificativo)	
Cadeiras	A definir
Estantes	A definir
Mesas	A definir
Sofás	A definir
Plintos	A definir
Candeeiros	A definir

FSE	
Materiais de Construção	Indeterminado
Água	A definir
Luz	A definir
Telefone	A definir
Internet	A definir
Softwares	A definir
Hardware	A definir

2.4. Como Vende

Este projeto tem como principais funções, a par da proteção, a promoção e divulgação da Rua da Sofia junto do público. Assim, será também necessário criar meios para chegar a esse público, como a criação de um *website*, de páginas nas redes sociais como o *Facebook* e o *Instagram*, a divulgação nos jornais e revistas locais, na Universidade, na Câmara Municipal de Coimbra e nos pontos de turismo da cidade, assim como a distribuição de *flyers* e o eventual aluguer de *outdoors*.

3) Análise e Evolução de Mercado

3.1. Pesquisa de Mercado

3.1.1. Definição da Natureza do Meio Envolverte à Organização

No que diz respeito à pesquisa de mercado, esta instituição apresenta-se como diferenciadora no ambiente em que se insere. Coimbra, apesar de ter diversas instituições de cariz cultural como o Museu Académico, o Museu Machado Castro, o Centro de Arte Contemporânea (CAV) a Torre de Almedina, nenhuma apresenta os mesmos objetivos do CIS. Para além disto, o conceito do café-biblioteca é único na cidade.

3.1.2. Levantamento das Influências do Meio Envolvente (Análise PESTEL)

Clima Político – Este projeto conta com o apoio da Câmara Municipal de Coimbra em parceria com a Universidade, o que significa que pode vir a sofrer alterações aquando de mudanças eleitorais regionais.

Clima Económico – Neste aspeto não se deverão sentir grandes alterações, visto que os preços praticados serão bastante acessíveis.

Clima Social – Este espaço é aberto a toda a comunidade, tendo por objetivo o apoio à comunidade e a salvaguarda patrimonial do conjunto arquitetónico e cultural da Rua da Sofia.

Clima Tecnológico – Este projeto usufruirá da tecnologia como auxílio lúdico de modo a tornar a visita mais apelativa e interativa.

Clima Ecológico – O meio envolvente será uma vertente a ter em conta, tentando que a sustentabilidade e a reciclagem sejam uma prioridade.

Clima Legal – Este projeto segue uma série de políticas culturais, pois só assim é conseguida a salvaguarda patrimonial.

3.1.3. Identificação das Influências Competitivas-Chave (Análise Estrutural- Modelo de Michael Porter)

Barreiras à Entrada de Novos Concorrentes – Este será um equipamento diferenciado e inovador, visto que em Coimbra o mais próximo que temos de um C.I é a Torre de Almedina, mas que se foca na história da Alta de Coimbra e é essencialmente expositiva. Como não existe nenhum equipamento cultural onde estejam patentes os mesmos objetivos, podemos dizer que não existem concorrentes diretos a este produto cultural.

Poder Negocial dos Clientes/Fornecedores – Todos os produtos serão obtidos tendo em conta a relação qualidade/preço de modo a que o projeto seja rentável.

Ameaça dos Produtos Substitutos – A existência de outros equipamentos culturais na cidade é um facto a ter em conta, mas como anteriormente foi explicado, o CIS não tem como objetivo principal o lucro, mas sim servir como meio de informação, em primeiro lugar para a população local e só depois para os turistas.

Rivalidade Concorrencial – Pelas razões anteriormente expostas, este não deverá ser um ponto a ter em preocupação.

3.1.4. Identificação da Posição Estratégica/Competitiva do Projeto

3.1.4.1. Análise dos Concorrentes

Não tem paralelos no meio onde se insere.

3.1.4.2. Análise da Segmentação dos Mercados e Consumidores (Público Alvo)

No que diz respeito à segmentação de mercado, este projeto não se restringe a qualquer grupo ou faixa etária e tem como principal objetivo acolher a população da cidade, visitantes, turistas. Foi pensado como forma de informar públicos, não sendo por isso correto falar em segmentação dos mesmos. Contudo é certo que a agenda poderá contar com atividades dirigidas a públicos específicos como Universidade Sénior, Universidade de Verão (jovens) ou outros.

3.1.5. Identificação das Oportunidades e Ameaças (Matriz SWOT)

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> • Projeto único e diferenciado no meio onde se insere; • Espaço histórico; 	<ul style="list-style-type: none"> • Financiamento dependente de terceiros;
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Novo equipamento cultural; • Atração de novos públicos; • Educar a população no sentido de esta ficar a conhecer a história da cidade; 	<ul style="list-style-type: none"> • Possibilidade de aparecimento de novos centros de interpretação;

3.2. Plano de Marketing

3.2.1. Produtos e Serviços

O produto principal que o CIS tem a oferecer é a partilha de informação, de modo que os visitantes poderão usufruir quer da exposição permanente, exposições temporárias, workshops, palestras, visitas explicativas e permanentemente do espaço de biblioteca e cafetaria.

3.2.2. O Preço

Projeta-se que esta organização tenha apenas custo de entrada nas exposições temporárias e atividades planeadas, sendo o espaço de biblioteca, cafetaria e a exposição permanente de livre acesso.

3.2.3. A Distribuição

Todas as atividades decorrerão no espaço do Centro Interpretativo, salvo as colaborações com vista à implementação das visitas à Rua da Sofia, que decorrerão, como evidente, no exterior ainda que possam e devam partir do CI, por forma a que a explicação inicial e a visão do conjunto permita uma melhor e mais imediata descodificação e interpretação do bem.

3.2.4. A Comunicação

A comunicação é um elemento fundamental para o sucesso do projeto, sendo a componente visual fundamental para atrair públicos vários. Assim, o Centro Interpretativo contará com a ajuda da tecnologia na sua divulgação através de um *site*, de uma *newsletter* mensal, ao mesmo tempo que é anunciado nas redes sociais. Fisicamente, contará com possíveis anúncios ocasionais em *outdoors*, distribuição de *flyers*, anúncios em jornais locais, com especial destaque para o “Diário de Coimbra”, parte igualmente interessada. Também será exposta uma tela de grandes dimensões no exterior do CIS, de modo a que a sua sinalização seja demarcada do contexto da rua. A par disto, haverá um balcão na “Sala da Comunidade” que venderá artigos de merchandising e que servirá também como atrativo de públicos.



Figura 2 Exemplo de artigos de Merchandising – Fonte: Souvenir Singular
<https://souvenirsingular.com/en/merchandising-2/>

4) O CIS – Centro Interpretativo da Sofia

Em termos estruturais, o CIS, será constituído por dois pisos, sendo o piso (0) do antigo edifício do Diário de Coimbra ocupado por duas salas, separadas pela escadaria principal. Ao fundo do corredor, do lado esquerdo, situar-se-ão as casas de banho (Ver Anexo XIII), ao centro um acesso ao jardim (Ver Anexo XIV), levando, à direita, ao elevador, principalmente ao serviço dos funcionários e de visitantes com mobilidade reduzida.



Figura 3 Planta em 3D do Piso 0 do CIS - Programa Roomle

A primeira sala, do lado direito, será de acesso livre. Designada de “Café-Biblioteca” o seu objetivo será o de servir a comunidade, principalmente estudantil, visto que a par do espaço de “café”, se disponibilizará um espaço de estudo com acesso a computadores e a bibliografia (livros, jornais e revistas). Esta bibliografia (Ver ANEXO I) contaria, em primeiro lugar com obras sobre a própria Rua da Sofia e a sua relação com a Universidade e Coimbra. Obras-chave serão naturalmente as dos autores, José Eduardo Horta CORREIA (1991), Walter ROSSA (2001, 2006), Maria de Lurdes CRAVEIRO (2002, 2009, 2011) Rui LOBO (2006; 2010). Todavia, o CIS poderá também ter núcleos de bibliografia especializada e atualizada sobre Coimbra, especialmente relacionadas com a sua história, arte e património; Centros de Interpretação, Memória, Identidade e Comunidade. Estas obras seriam conseguidas através de doações dos autores ou de proprietários e colecionadores, pedidos a editoras e a instituições públicas tais como a Universidade de Coimbra, cuja política mais recente é a de oferecer obras que tenha no seu acervo em duplicado.



Figura 4 Perspetiva do "Café - Biblioteca" - Programa Roomle

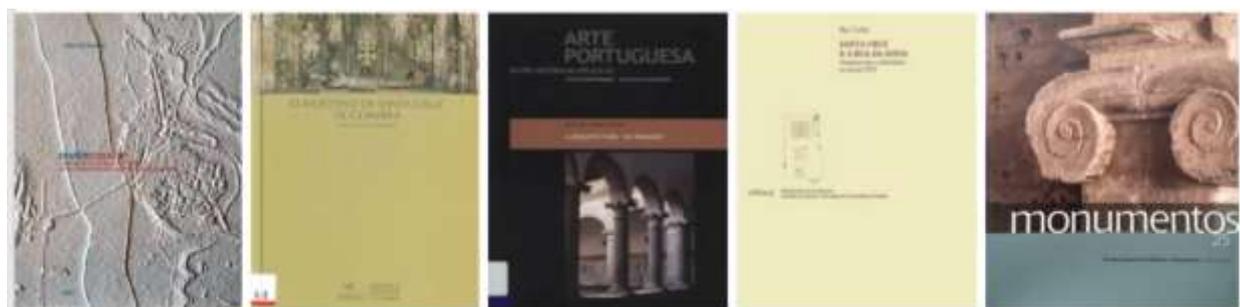


Figura 5 Exemplo de Bibliografia que estará disponível para consulta no CIS.

O balcão do “Café-Biblioteca” servirá simultaneamente de balcão de recepção aos visitantes. A sala do lado esquerdo — “Sala Sofia” — será a sala principal do edifício, dedicada exclusivamente à história da Rua da Sofia. Esta comportaria uma seleção vasta e expressiva de imagens - fotos aéreas (a única forma de conseguir perceber a dimensão e forma do conjunto urbano), fotos antigas, em confronto com as atuais, pormenores dos interiores que não estão abertos ao público, fotos das cercas e traseiras dos colégios, fotos de cataventos, varandas, ou seja, pormenores que passam, por regra, despercebidos a quem percorre a artéria. A imagem é fundamental e constitui, pelo seu poder comunicativo, uma das grandes mais valias de qualquer CI. Serve todos os diferentes tipos de públicos, em formação e idades, e, conjugada com o texto, tem uma capacidade descritiva essencial.



Figura 6 Perspetiva da disposição dos painéis móveis na “Sala Sofia” e legenda das figuras correspondentes a título exemplificativo – Programa Roomle

Para além das imagens considera-se crucial dispor de uma maquete, à escala 1/1000, (realizada a partir do projeto em curso do arquiteto Rui Lobo) e que, colocada ao centro da sala, constituirá o coração de toda a narrativa. Mais uma vez, em complemento da fotografia aérea, será a partir dela que o público consegue apreender verdadeiramente o conjunto em toda a sua complexidade.



Figura 7 Exemplo de maquete – Museu de Moçambique.

Esta maquete será apetrechada com um conjunto de comandos simples que, à escolha do visitante, acionem feixes de luz sobre pontos específicos, ao mesmo tempo que se projeta na parede fronteira a história desse mesmo ponto/edifício (como se pode ver no CI da Torre Almedina em Coimbra).



Figura 8 Exemplos de projeções na parede que se relacionam com a maquete – Museu de Chicago.

O percurso expositivo no interior da sala [Ver Anexo XV] far-se-á da direita para a esquerda e por um corredor criado a partir de 5 painéis móveis, onde se encontram expostos textos, sucintos e em fonte de fácil leitura, que têm como mote a atualidade da rua, a sua inscrição na lista do Património Mundial, sendo os últimos três dedicados aos anos de 1834 – Extinção das Ordens Religiosas, 1537 – Abertura da Rua da Sofia e 1535 – Ano em que foi ordenada a sua abertura, respetivamente. Os conteúdos serão encomendados a especialistas por forma a corresponderem à informação mais atualizada e rigorosa, mas escritos em linguagem clara e acessível, o que não é o mesmo que dizer, de forma primária. Simples não é sinónimo de “simplório”.

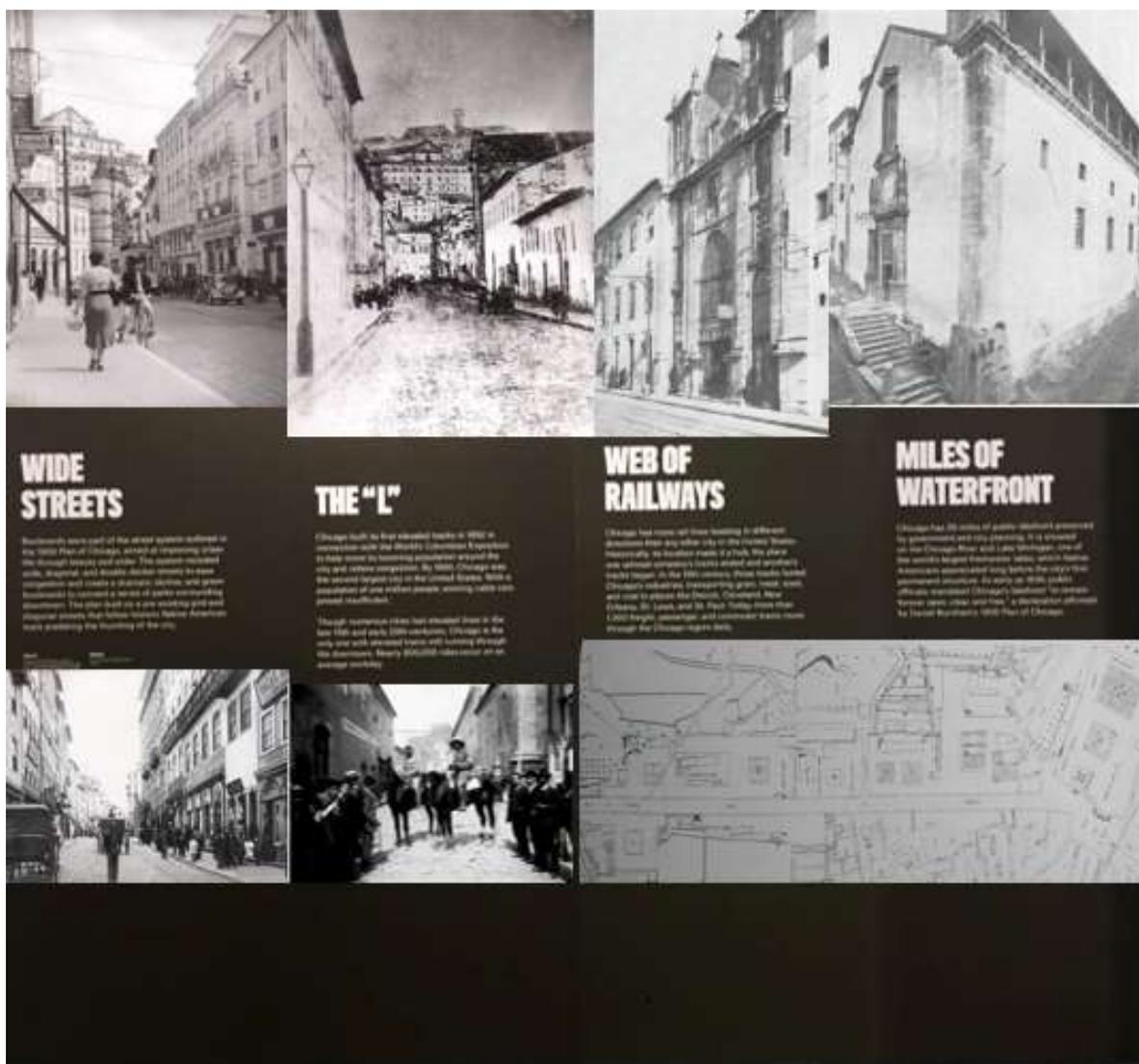


Figura 9 Exemplos de textos simples e imagens – Montagem de fotos da Rua da Sofia com textos de parede - Museu de Chicago

Os textos estarão escritos em língua portuguesa, disponibilizando-se folhas de sala em Inglês, Francês e Espanhol, nas quais os textos estarão numerados de modo a que o leitor possa fazer o percurso acompanhando a informação. Uma das grandes vantagens dos CI é a forma como podem jogar com o volume de informação: através de suportes vários, textos curtos e assertivos podem ser complementados com textos mais longos que só serão lidos pelos visitantes que assim o desejem. Veja-se, por exemplo, como no CI do Castelo de Guimarães um sistema simples de armários ou portas, manejáveis pelo próprio observador, podem ou não dar acesso a informação vária e complementar. Assim, não se corre o risco de criar uma mancha de texto demasiado extensa, mas também não se impede o visitante de poder saber mais. É eficaz e simultaneamente apelativo até pela interação que convoca.



Figura 10 Exemplo do sistema de armários utilizado no CICG. – Centro de Interpretação do Castelo de Guimarães [

O desenho do CIS, sobretudo da sala principal, viverá também da relação entre os conteúdos expostos e as vistas que se obtêm das janelas por forma a que CI e objeto funcionem sempre em diálogo. Visitas guiadas que existam, em todos os seus formatos e possibilidades, fornecidas por empresas de turismo, pela Universidade ou pela câmara, serão anunciadas, compradas, explicadas, até ponto de partida, a partir do CI. Ou seja, a visita ao centro não será nunca uma substituição da visita ao objeto propriamente dito.



Figura 11 Museu da Vila Velha, Vila Real: a visita ao espaço museológico é permanentemente corroborada pela vista sobre os vestígios da Vila Velha, criando uma interação permanente entre narrativa e objeto.



Figura 12 Centro de Interpretação de Castro Marim: a mesma relação entre discurso expositivo e objeto, neste caso visível com recurso a binóculos.

De volta ao corredor principal, o visitante deverá seguir para o piso superior (01), onde novamente encontrará um corredor que separa outras duas salas. Neste, as paredes laterais terão cada uma uma fotografia de grandes dimensões dos alçados (NE e SO) da Rua da Sofia [Ver Anexo XVI].



Figura 13 Planta em 3D do Piso 01 do CIS – Programa Roomle



Figura 14 Montagem exemplificativa com um alçado NE, fotografias dos claustros e planta dos mesmos sobre uma fotografia de satélite da Rua da Sofia.

A “Sala da Comunidade” destina-se, como o nome indica, a usufruto da comunidade, servindo de espaço a palestras e *workshops*, tendo um espaço dedicado à projeção, como também a exposições temporárias. Conterá também com um balcão dedicado ao merchandising de venda de artigos, souvenirs da cidade e artesanato local. Como forma de promover a interação com os habitantes da rua, será ainda criada uma parede comunitária, onde os habitantes são livres para deixarem as suas ideias para futuros eventos, ou sugestões para a própria rua, como por exemplo a pintura de uma parede grafitada.

Por fim, a sala contará com uma peça (poliedro) que se encontrará ao centro e que, construída a partir de imagens cedidas pela comunidade, como fotografias antigas de figuras importantes da rua, retratos/rostos de habitantes ou outras sobre o comércio e os comerciantes que dão e deram, vida à Rua da Sofia, não humanizará o espaço como criará laços estreitos de identificação.



Figura 15 Perspetiva da “sala da Comunidade” – Programa Roomle

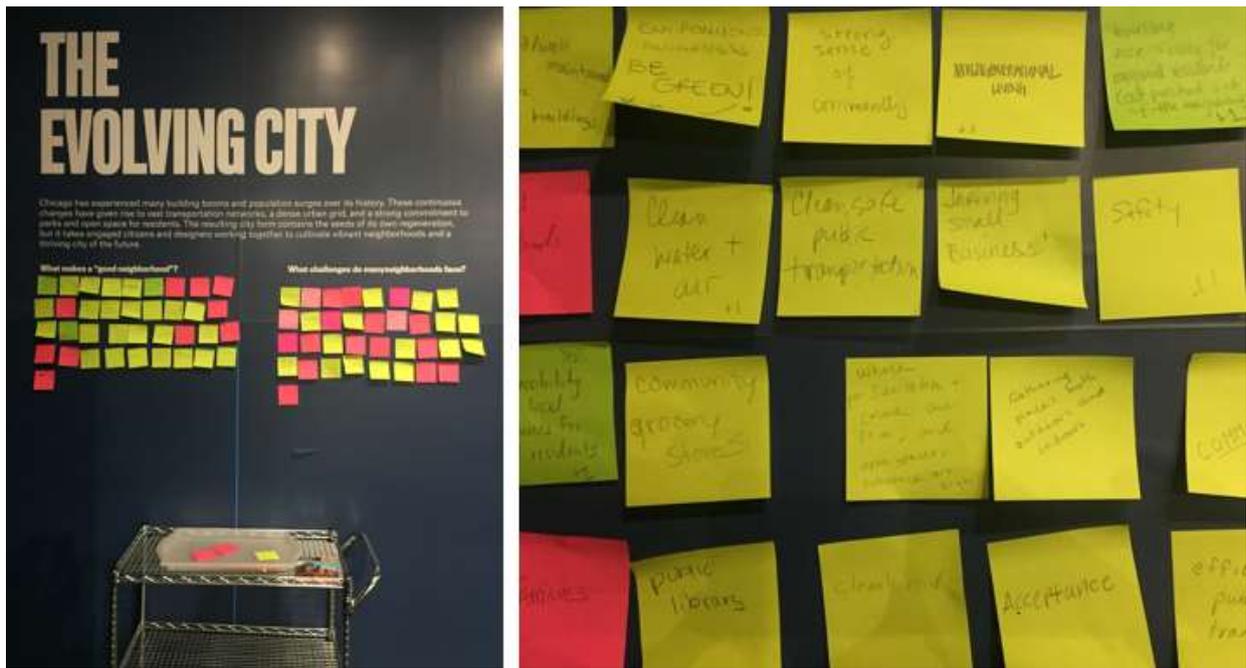


Figura 16 Exemplificação da parede comunitária – Fotografias do Museu de Chicago.



Figura 17 Exemplo para o Poliedro da “Sala da Comunidade” – Fonte: Museu do Amanhã
<https://images.app.goo.gl/j8qHFcHPzT3ibTKk6>

Por fim, na sala do lado esquerdo do piso (01) do CIS, o visitante encontrará a “Sala da Imprensa”, uma sala dedicada à história do Diário de Coimbra, desde o seu início até à atualidade. Um dos motes poderia ser a exposição de manchetes de jornais em que o tema abordado fosse a Rua da Sofia ou eventos ocorridos nela. Grandes datas como por exemplo o 25 de Abril terão certamente ocasionado manifestações e concentrações que estreitam os laços entre os dois objetos: rua e DC. Esta, seria então uma sala em parceria com o próprio jornal Diário de Coimbra, não sendo, portanto, objeto de estudo neste projeto os seus conteúdos não são aqui desenvolvidos.



Figura 18 Perspetiva da “Sala da Imprensa” – Programa Roomle



Figura 19 Proposta para a disposição dos jornais na “Sala da Imprensa” - Fonte: ViaSaterna Arte Contemporânea <https://images.app.goo.gl/Yiuhe3wLP7Eu5SA58>

CONCLUSÃO

Este projeto parte da noção de uma lacuna grave no que diz respeito ao conhecimento do património da Rua da Sofia, em Coimbra. É um facto que o que não é conhecido não pode ser, nem é, valorizado. Assim, este projeto procurou encontrar uma solução, começando por promover um espaço onde haja partilha de conhecimento/informação, não só com os turistas, mas, em primeiro lugar, com a comunidade. Pois é ela o principal argumento.

A projeção do CIS – Centro Interpretativo da Sofia, um espaço onde se possa descodificar a rua, desde a sua abertura até à atualidade, pretende a par com a partilha de informação sobre o objeto (Rua da Sofia), proporcionar ao visitante conforto para que este possa usufruir o máximo do espaço. Nele, é possível não só reter conhecimento sobre a rua através da “Sala da Sofia”, como também estudar, tomar um café no “Café-Biblioteca”, assistir a palestras ou voltar ao passado na história da rua e da cidade através das notícias dos antigos jornais do Diário de Coimbra, disponíveis para consulta na “Sala da Imprensa”. É ainda possível exercer a cidadania, deixando uma ideia na parede comunitária da “Sala da Comunidade”,

Um dos grandes propósitos deste projeto foi a tentativa de ligação entre o território (Rua da Sofia) e a comunidade. Assim, e ao questionar-se a localização do CI, solucionou-se a sua projeção na própria Rua da Sofia, visto que a interação do visitante com o objeto é fundamental.

Em suma, cremos que este projeto é uma boa aposta para Coimbra e para a comunidade, numa altura em que o património “está na moda” a sua proteção é essencial, havendo meios e vontade para tal.

Cabe agora, a cada um de nós, a procura pela Sabedoria. Cabe agora a cada um de nós a proteção da nossa memória comum. Da nossa identidade. Da Cidade e da Sofia.

BIBLIOGRAFIA/FONTES CONSULTADAS

ALARCÃO, Jorge de (1979). *As Origens de Coimbra*. Coimbra: I Jornada do GAAC.

BATTISTI, Eugénio (1984). *Renascimento e Maneirismo*. Lisboa: Editora Verbo.

BRAGA, Teófilo (1892, 1895, 1902). *História da Universidade de Coimbra nas suas relações com a Instrução Publica Portuguesa*. Lisboa, 4 vols.

BERTONATTI, Claudio; IRIANI, Óscar; CASTELLI, Luis (2010). “Los centros de interpretación como herramientas de conservación y de desarrollo.” *Boletín de Interpretación*, 23.

CAMPOS, Mariana Pascoal (2014). *Baixa Crúzia: contribuição para a reabilitação de uma área na baixa de Coimbra*. Coimbra: Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade de Coimbra.

CHOAY, Françoise (2006). *A Alegoria do Património*. Lisboa: Edições 70.

CORREIA, José Eduardo Horta (1991). “A importância dos colégios universitários na definição dos claustros portugueses.” *Congresso de História da Universidade, 7º Centenário*. Coimbra.

CRAVEIRO, Maria de Lurdes (2009). *A Arquitectura «ao Romano»*. Lisboa.

CRAVEIRO, Maria de Lurdes (1997). “A reforma joanina e a arquitectura dos colégios”. *Revista Monumentos*, 8. Lisboa.

CRAVEIRO, Maria de Lurdes (2002). *O Renascimento em Coimbra, Modelos e Programas arquitectónicos*. Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra, 2 vols.

CRAVEIRO, Maria de Lurdes (1990). *Diogo de Castilho e a arquitectura da Renascença em Coimbra*. Coimbra: Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História da Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

CRUZ, Rodrigo Diaz (1993). “Experiencias de la identidad”. *Revista internacional de Filosofia Política*, 2, pp.63-74.

CRUZ, Vanessa (2015). *Diário de Coimbra*. Guarda: Relatório de Estágio apresentado ao Instituto Politécnico da Guarda.

DIAS, Pedro (1982). *A arquitectura de Coimbra na transição do gótico para a renascença: 1490-1540*. Coimbra: Dissertação de Doutoramento em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

DIAS, Pedro (2003). *A Escultura de Coimbra do Gótico ao Maneirismo (catálogo da exposição)*. Coimbra: Câmara Municipal de Coimbra.

DIAS, Pedro (1982). “Alguns aspectos da recepção das correntes artísticas em Coimbra durante o século XVI.” *A Sociedade e a Cultura de Coimbra no Renascimento*. Coimbra: Epartur.

DIAS, Pedro (1987). “Notas para o estudo do emprego das ordens clássicas nos claustros quinhentistas de Coimbra”. *Revista Munda*,13. Coimbra.

DIAS, Pedro; GONÇALVES, Nogueira (1990). *O Património Artístico da Universidade de Coimbra*. Coimbra.

FIGUEIREDO, A.C. Borges de (1886). *Coimbra antiga e moderna*. Lisboa.

GONÇALVES, António Nogueira (1947). *Inventário Artístico de Portugal – Cidade de Coimbra*. Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes.

GONÇALVES, António Nogueira (1982). “Os Colégios Universitários de Coimbra e o desenvolvimento da Arte”. *A Sociedade e a Cultura de Coimbra no Renascimento*. Coimbra: Epartur.

GRANDE, Nuno; LOBO, Rui (2003). *CidadeSofia*. Coimbra: Edarq.

GUILAUME, Marc (2003). *A Política do Património*. Porto Campo das Letras.

HALBWACHS, Maurice (1992). *On Collective Memory*. Chicago: University Chicago Press.

HAM, Sam (2005). “Audiencias cautivas y no cautivas. Un relat de cómo llegué a essa idea y a qué me rferio com esto”. *Boletín de Interpretación*, 13.

JACINTO, Rui (2012). *Patrimónios, Territórios e Turismo Cultural*. Lisboa: Âncora Editora.

LOBO, Rui (2006). *Santa Cruz e a Rua da Sofia: arquitectura e urbanismo no século XVI*. Coimbra: Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade de Coimbra.

LOBO, Rui (1999). *Os Colégios de Jesus, das Artes e de S. Jerónimo. Evolução e transformação no espaço urbano*. Coimbra: Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade de Coimbra.

LOUREIRO, José Pinto (1964). *Coimbra no Passado*. Coimbra: Câmara Municipal de Coimbra.

MAGALHÃES, Joaquim Romero (1987). “Em busca dos «tempos» da Inquisição (1573-1615)”. *Revista de História das Ideias*, 9. Coimbra: Universidade de Coimbra.

MARK, Dagoberto (1986). “História da Arte e Portugal”. *O Renascimento*. Lisboa: Publicações Alfa, 6 Vols.

MARQUES, C.; LOPES, N; Pinto, S (2012). *Dossiê de Candidatura: Universidade de Coimbra, Alta e Sofia - Candidatura a Património Mundial*. Coimbra: Universidade de Coimbra.

MARTINS, Joana Margarida Alves (2012). *E Depois do Carimbo? – Análise da Classificação da “Universidade de Coimbra – Alta e Sofia” como Património Mundial da Humanidade*. Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura apresentada ao Departamento da FCTUC.

MARTINS, Joel de Melo (2016). *Memória e nostalgia: uma proposta urbana entre a Sofia e a Avenida*. Coimbra: Dissertação de Mestrado em Arquitetura apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade de Coimbra.

MORALES, Jorge Miranda; HAM, Sam (2008). “A qué interpretación nos referimos?”. *Boletín de Interpretación*, 19.

MORALES, Jorge Miranda (2008). “El sentido y metodología de la interpretación del Patrimonio.” In: SANTOS, Mateos Rusillo, *La comunicación global del patrimonio cultural*. Gijón: Trea.

MORALES, Jorge Miranda (s.d). *La interpretación del patrimonio tiene que ver con significados*.

MORALES, Jorge Miranda (s.d). *La planificación interpretativa asegura la excelência en interpretación*.

MOREIRA-WACHTEL, Suzete; SOLÍS, Eloísa (2013). *La interpretación del patrimonio natural y cultural: una visión intercultural y participativa*. Cooperatió Alemã al Desenvolupament-Agencia de la GIZ e el Perú. Ministério del Ambiente e Direcció General de Educació, y Ciudadania Ambiental.

MULLETT, Michael (1985). *A Contra-Reforma*. Lisboa: Gradiva.

NABAIS, José Casalta (2010). *Introdução ao Direito do Património Cultural*. Coimbra: Edições Almedina.

NAMORA, Ricardo (2018). *Uma Coisa Chamada Hermenêutica*. Porto: Universidade do Porto Edições.

NAVARRAS, Óscar (2007). Interpretar el Museo. *Boletín de Interpretación*, 17.

PERATA, Elsa; ANICO, Marta (2006). *Património e Identidades: ficções contemporâneas*. Oeiras: Celta Editora.

RODRIGUES, Henrique (2003). *Extinção das Ordens Religiosas e Dinâmicas Sócio-Culturais: Frades residentes no Alto-Minho no Século XIX*. Porto: Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

ROSSA, Walter (2006). “A Sofia: primeiro episódio da reinstalação moderna da Universidade Portuguesa.” *Revista Monumentos*, 25.

ROSSA, Walter (2003). *A Urbe e o Traço*. Lisboa.

ROSSA, Walter (2006). *Capitalidades Coimbrãs*. Coimbra: texto/contributo para a candidatura da Universidade de Coimbra a Património da Humanidade.

ROSSA, Walter (2003). *Coimbra com território: notas para uma leitura de formação urbanística*. ECDJ. Coimbra: Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade de Coimbra.

ROSSA, Walter (2001). *Diversidade: urbanografia do espaço de Coimbra até ao estabelecimento definitivo da Universidade*. Coimbra: Dissertação de Doutoramento em Arquitectura apresentada ao Departamento de Arquitectura da FCTUC.

ROSSA, Walter (2003). *Do projecto para o plano: contributo para integração Património/Urbanismo*. ECDJ. Coimbra: Departamento de Arquitectura da Ciências e Tecnologias da Universidade de Coimbra.

ROSSA, Walter (2015). *Fomos Condenados à Cidade: uma década de estudos sobre património urbanístico*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

ROSSA, Walter (1988). *O Urbanismo de Aeminium*. Coimbra.

ROSSI, Aldo (2001). *A Arquitectura da Cidade*. Lisboa: Edições Cosmos.

SALGUEIRO, Teresa (1999). *A cidade em Portugal: Uma geografia urbana*. Porto: Edições Afrontamento.

SALGUEIRO, Teresa (2005). "Paisagens Urbanas: Geografia de Portugal" - *Sociedade, Paisagens e Cidades*. Lisboa: Círculo de Leitores.

SANTOS, Boaventura de Souza (1994). "Modernidade, identidade e a cultura de fronteira". *Revista Tempo Social*, 5.

SERRÃO, Vítor (1983). *O Maneirismo e o estatuto social dos pintores portugueses*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

SERRÃO, Vítor (2001). *O Renascimento e o Maneirismo*. Lisboa: Presença.

SOUSA, A. Tavares de (1982). *A transferência da Universidade para Coimbra em 1537 e o ensino da Medicina. A Sociedade e a Cultura de Coimbra o Renascimento*. Coimbra: Epartur.

TEIXEIRA, António José. (1899). *Documentos para a História dos Jesuítas em Portugal*. Coimbra: Imprensa da Universidade.

TILDEN, Freeman (1957). *Interpreting our heritage*.

TRINDADE, Luísa (s.d.). *História, urbanismo e interpretação: Viver (n)a cidade com o passado ativo*.

Universidade de Coimbra a Património Mundial (2006). *Revista Semestral de Edifícios e Monumentos*, 25. Coimbra.

VASCONCELOS, António de (1987). *Os Colégios Universitários de Coimbra*. Coimbra: Coimbra Editora.

VITERBO, F.M. de Sousa (1914). "O Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra." *Anotações e Documentos*. Coimbra: Imprensa da Universidade.

WATERTON, Emma; SMITH, Laurajane (2010). "The recognition and misrecognition of community heritage", *International Journal of Heritage Studies*.

(s.d). Lei nº 107/2001, de 8 de Setembro - Lei de Bases da Política e do Regime de Protecção e Manutenção do Património Cultural, Artº2, alínea 1.

(2017). "Utopia do Espelho". *Arte e memória, património e identidade*. Coimbra: 19ª Semana Cultural da Universidade de Coimbra.

CASEBRE, Ricardo (2016). *Preservar o Património Histórico e Cultural*. Disponível em <http://www.almeirinese.com/2016/09/07/preservar-o-patrimonio-historico-e-cultural/> [consultado a 9-01-2018]

Decreto-Lei n.º 265/2012 de 28 de dezembro. Disponível em http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=1574&tabela=leis&so_miolo=. [consultado em 2 de junho de 2018].

Diário de Coimbra. Disponível em <http://www.diariocoimbra.pt/estatuto-editorial>. [consultado a 03 de julho de 2019].

Constituição da República Portuguesa. (2005). Porto, Porto Editora. art.º 52.º, n.º 3, al. a), 66.º, nº2, als. c) e e), 73.º, n.º 1 e 3, e 78º.

Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural. (1972). Paris, 16 de Novembro.

Decreto-Lei n.º 265/2012 de 28 de dezembro. Disponível em http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=1574&tabela=leis&so_miolo=. [consultado em 2 de junho de 2018].

Droit du Patrimoine Culturel. (1997). Disponível em <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k48055497/f12.image>. [consultado em 2 de junho de 2018].

Lei 107/2001 de 8 de setembro. Disponível em <https://dre.pt/pesquisa/-/search/629790/details/maximized>. [consultado em 2 de junho de 2018].

Lei nº 107/2001, de 8 de Setembro - Lei de Bases da Política e do Regime de Protecção e Manutenção do Património Cultural. Artº2, alínea 1.

Nova Agenda Urbana - Fórum das Cidades (2016). Disponível em http://www.forumdascidades.pt/sites/default/files/nova_agenda_urbana_2016_pt_0.pdf [consultado a 2 de maio de 2019].

Programa Operacional da Região Centro. Disponível em <http://centro2020.ccdrc.pt/index.php/documentos-gerais-2> [consultado em 28 de fevereiro de 2019]. p. 33.

Regulamento do Bem. (2012). Coimbra: Universidade de Coimbra – Alta e Sofia.

Rua da Sofia - SIPA - Sistema de Informação para o Património Arquitetónico. Disponível em http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=5909. [consultado a 2 de maio de 2019].

UNESCO. (1972). Convention concerning the Protection of the World Cultural and Natural Heritage. Paris.

UNESCO: World Heritage List. Retirado de: <http://whc.unesco.org/en/conventiontext/> [consultado a 2 de maio de 2019]

Universidade de Coimbra: Alta e Sofia. Retirado de: <http://worldheritage.uc.pt/pt/nucleos/> [consultado a 2 de maio de 2019]

ANEXOS

ANEXO I - Lista Bibliográfica da Biblioteca do C.I da Rua da Sofia

ALARCÃO, Jorge de (1979). *As Origens de Coimbra*. Coimbra: I Jornada do GAAC.

ALBERTI, Leon Batista (1565). *L'Architettura*. Venetia.

ALBUQUERQUE, Luís de (1982). *Sobre o empirismo científico em Portugal no século XVI, A Sociedade e a Cultura de Coimbra no Renascimento*. Coimbra: Epartur.

ALMEIDA, Fortunato de (1968). *História da Igreja em Portugal*. Porto-Lisboa: Civilização Editora, 2 vols.

ALMEIDA, M. Lopes de (1967). *Artes e Ofícios em documentos da Universidade: 1589-1604*. Coimbra: O Instituto, 129.

ALVES, Ana Maria (s.d). *As Entradas régias Portuguesas*. Lisboa: Livraria Horizonte.

ALVES, Ana Maria (1985). *Iconografia do Poder Real no Período Manuelino: À procura de uma linguagem perdida*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

ATANÁSIO, M. C. Mendes (1984). "A Arte do Manuelino". *Mecenas, influências, espaço*. Lisboa: Editora Presença.

BAIÃO, António (1936, 1953, 1938). *Episódios dramáticos da Inquisição portuguesa*. Lisboa: Seara Nova, 3 vols.

BASTO, A. de Magalhães (1931). *Os Portugueses no Renascimento*. Gaia: Editora Pátria.

BASTO, A. de Magalhães (1935). *Acêrca de Diogo de Castilho, Artista da Renascença Coimbrã (Apostila ao "Dicionário dos Arquitectos" de Sousa Viterbo)*. O Instituto, 88. Figueira da Foz: Tipografia Popular.

BANDEIRA, Pedro Jorge Monteiro (2004). *Memória descritiva Ecdj: Sofia*. Coimbra: Edarq, 8.

BATTISTI, Eugénio (1984) *Renascimento e Maneirismo*. Lisboa: Editora Verbo.

BORGES, Nelson Correia (1980). *A Capela do Tesoureiro da antiga Igreja de S. Domingos*. Coimbra: Museu Nacional de Machado de Castro.

BORGES, Nelson Correia (1981). *Alguns aspectos da segunda época de João de Ruão: A Introdução da Arte da Renascença na Península Ibérica*. Coimbra: Epartur.

BORGES, Nelson Correia (1998). *Arquitectura monástica portuguesa na época moderna (Notas de uma investigação)*. Porto: Círculo Dr. José de Figueiredo. *Mvseu*, IV, 7.

BORGES, Nelson Correia (1980). *João de Ruão. Escultor da Renascença Coimbrã*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

BRAGA, Teófilo (1892, 1895, 1902). *História da Universidade de Coimbra nas suas relações com a Instrução Publica Portuguesa*. Lisboa, 4 vols.

BRANDÃO, Mário; CRUZ, Lígia (1941, 1951, 1955, 1969, 1976). *Actas dos Conselhos da Universidade de 1537 a 1557*. Coimbra, 5 vols.

BRANDÃO, Mário ; D'ALMEIDA, M. Lopes (1937). *A Universidade de Coimbra. Esbôço da sua história*. Coimbra.

BRANDÃO, Mário (1937). *Alguns documentos respeitantes à Universidade de Coimbra na época de D. João III*. Coimbra: Biblioteca da Universidade.

BRANDÃO, Mário (1937). "Cartas de Frei Brás de Braga para os Piores do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra". *Revista da Universidade de Coimbra*, 13. Coimbra: Imprensa Académica.

BUENO, Beatriz (2001). *De quanto serve a Ciência do Desenho no serviço das obras de el-rei. Actas do Colóquio Internacional, Universo Urbanístico Português 1415-1822*. Lisboa: C.N.P.C.D.P.

BURKE, Peter (1993). *The Renaissance*. s/l: Macmillan.

CAMPOS, J. C. Ayres de (1863-1867). Índices e Summarios dos Livros e Documentos mais Antigos e Importantes do Archivo da Camara Municipal de Coimbra. Coimbra: Imprensa da Universidade.

CAMPOS, J. C. Ayres de. (1889, 1890). *Cartas dos Reis e dos Infantes. Sobre varios assumptos tocantes ao mosteiro de Sancta Cruz de Coimbra, à Universidade, e a alguns Collegios das Ordens Religiosas da mesma cidade, desde 1518 a 1571*. O Instituto, 37 vols. Coimbra: Imprensa da Universidade.

CAMPOS, Mariana Pascoal (2014). *Baixa Crúzia: contribuição para a reabilitação de uma área na baixa de Coimbra*. Coimbra: Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade de Coimbra.

CARITA, Hélder (2001). "Legislação e administração urbana no século XVI". *Actas do Colóquio Internacional, Universo Urbanístico Português 1415-1822*. Lisboa: C.N.P.C.D.P.

CARITA, Rui (2001). "Os engenheiros-mores na gestão do Império: a Provedoria das Obras dos meados do século XVI", *Actas do Colóquio Internacional, Universo Urbanístico Português 1415-1822*. Lisboa: C.N.P.C.D.P.

CARVALHO, Joaquim de (1916). *António de Gouveia e o Aristotelismo da Renascença*. Coimbra: L. França Amado.

CARVALHO, Joaquim de (1947 e 1948). *Estudos sobre a Cultura Portuguesa do Século XVI*, 2 vols. Coimbra: Acta Universitatis Conimbrigensis.

CARVALHO, Joaquim Martins Teixeira de (1911). "João de Ruão". *O Instituto*, 58. Coimbra.

CARVALHO, Joaquim Martins Teixeira de (1930). *História e bibliografia dos estudos manuscritos ou impressos sobre a obra dos escultores franceses que trabalharam em Coimbra no século XVI*. Arte e Arqueologia. Coimbra.

CARVALHO, José Branquinho de (1943). *Cartas Originais dos Reis Enviadas à Câmara de Coimbra (1480-1571)*. Coimbra: Editora da Biblioteca Municipal de Coimbra.

CARVALHO, José Branquinho de (1964). “Tombo Antigo da Câmara de Coimbra (1532)”. *Arquivo Coimbrão*, 18 vols. Coimbra: Editora da Biblioteca Municipal.

COELHO, Maria Helena da Cruz; SANTOS, Maria José Azevedo (1990). *De Coimbra a Roma. Uma viagem em meados de quinhentos*. Coimbra: Coimbra Editora.

CORREIA, José Eduardo Horta (1986). “A arquitectura – maneirismo e «estilo chão». História da Arte em Portugal”. *O Maneirismo*. Lisboa: Publicações Alfa, 7 vols.

CORREIA, José Eduardo Horta (1991). “A importância dos colégios universitários na definição dos claustros portugueses”. *Congresso de História da Universidade, 7º Centenário*. Coimbra.

COSTA, Alexandre Alves (1991). Coimbra é Portugal Inteiro. In *Via Latina 3*. DGAAC.

CRAVEIRO, Maria de Lurdes (2009). *A Arquitectura «ao Romano»*. Lisboa.

CRAVEIRO, Maria de Lurdes (1997). “A reforma joanina e a arquitectura dos colégios”. *Revista Monumentos*, 8. Lisboa.

CRAVEIRO, Maria de Lurdes (2002). *O Renascimento em Coimbra, Modelos e Programas arquitectónicos*. Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra, 2 vols.

CRAVEIRO, Maria de Lurdes (1990). *Diogo de Castilho e a arquitectura da Renascença em Coimbra*. Coimbra: Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História da Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

DELUMEAU, Jean (1984). *A Civilização do Renascimento*. Lisboa: Edições Estampa, 2 vols.

DESWARTE, Sylvie (1981). *Francisco de Holanda et les études vitruviennes en Italie. A Introdução da Arte da Renascença na Península Ibérica*. Coimbra: Epartur.

DESWARTE, Sylvie (1986). “Francisco de Holanda, teórico entre o renascimento e o maneirismo. História da Arte em Portugal”. *O Maneirismo*. Lisboa: Publicações Alfa, 7 vols.

DIAS, José da Silva (1960). *Correntes de Sentimento Religioso em Portugal (Séculos XVI a XVIII)*. Coimbra, 2 vols.

DIAS, José da Silva (1969). *A Política Cultural da Época de D. João III*. Coimbra, 2 vols.

DIAS, José da Silva (1960). *Os Descobrimentos e a Problemática Cultural do Século XVI*. Lisboa: Editora Presença.

DIAS, Pedro (1980). *Jerónimo Afonso mestre construtor em Coimbra no século XVI*. Coimbra: Sep. Do Arquivo Coimbrão.

DIAS, Pedro (1982). *A arquitectura de Coimbra na transição do gótico para a renascença: 1490-1540*. Coimbra: Dissertação de Doutoramento em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

DIAS, Pedro (1988). *A Arquitectura Manuelina*. Porto: Livraria Civilização.

DIAS, Pedro (2003). *A Escultura de Coimbra do Gótico ao Maneirismo (catálogo da exposição)*. Coimbra: Câmara Municipal de Coimbra.

DIAS, Pedro (1982). "Alguns aspectos da recepção das correntes artísticas em Coimbra durante o século XVI". *A Sociedade e a Cultura de Coimbra no Renascimento*. Coimbra: Epartur.

DIAS, Pedro (1987). "Notas para o estudo do emprego das ordens clássicas nos claustros quinhentistas de Coimbra". *Revista Munda*, 13. Coimbra.

DIAS, Pedro; GONÇALVES, Nogueira (1990). *O Património Artístico da Universidade de Coimbra*. Coimbra.

FIGUEIREDO, A.C. Borges de (1886). *Coimbra antiga e moderna*. Lisboa.

GARCIA, Prudêncio Quintino (1913). *João de Ruão. Documentos para a biografia de um artista da renascença*. Coimbra.

GONÇALVES, António Nogueira (1982). "A Igreja do Convento de S. Domingos na Rua da Sofia". *A introdução da Arte da renascença na Península Ibérica*. Coimbra: Epartur.

GONÇALVES, António Nogueira (1979). *Estudos de história da Arte da Renascença*. Coimbra: Epartur.

GONÇALVES, António Nogueira (1947). *Inventário Artístico de Portugal – Cidade de Coimbra*. Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes.

GONÇALVES, António Nogueira (1982). "Os Colégios Universitários de Coimbra e o desenvolvimento da Arte". *A Sociedade e a Cultura de Coimbra no Renascimento*. Coimbra: Epartur.

GONÇALVES, Nogueira; CORREIA, Virgílio (1947). *Inventário Artístico de Portugal – Cidade de Coimbra*. Lisboa: SNBA.

GRANDE, Nuno; LOBO, Rui (2003). *CidadeSofia*. Coimbra: Edarq.

LOBO, Rui (2000). *Coimbra: Evolução do espaço Urbano*. Coimbra: Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade de Coimbra.

LOBO, Rui (2006). *Santa Cruz e a Rua da Sofia: arquitectura e urbanismo no século XVI*. Coimbra: Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade de Coimbra.

LOBO, Rui (1999). *Os Colégios de Jesus, das Artes e de S. Jerónimo. Evolução e transformação no espaço urbano*. Coimbra: Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade de Coimbra.

LOUREIRO, José Pinto (1964). *Coimbra no Passado*. Coimbra: Câmara Municipal de Coimbra.

MADAHIL, António G. da Rocha (1927). “Os Códigos de Santa Cruz de Coimbra”. *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*. Coimbra, 8 vols.

MADAHIL, António G. da Rocha (1940). *Livro da Fazenda e Rendas da universidade de Coimbra em 1570*. Coimbra: Universitatis Conimbrigenis Studia Ac Regesta.

MAGALHÃES, Joaquim Romero (1987). “Em busca dos «tempos» da Inquisição (1573-1615)”. *Revista de História das Ideias*, 9. Coimbra: Universidade de Coimbra.

MARK, Dagoberto (1986). “História da Arte e Portugal”. *O Renascimento*. Lisboa: Publicações Alfa, 6 Vols.

MARTINS, Joana Margarida Alves (2012). *E Depois do Carimbo? – Análise da Classificação da “Universidade de Coimbra – Alta e Sofia” como Património Mundial da Humanidade*. Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura apresentada ao Departamento da FCTUC.

MARTINS, Joel de Melo (2016). *Memória e nostalgia: uma proposta urbana entre a Sofia e a Avenida*. Coimbra: Dissertação de Mestrado em Arquitetura apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade de Coimbra.

MULLETT, Michael (1985). *A Contra-Reforma*. Lisboa: Gradiva.

OLIVEIRA, António de (1982). “Estrutura social de Coimbra no século XVI”. *A Sociedade e a Cultura de Coimbra no Renascimento*. Coimbra: Epartur.

PEREIRA, F.A. Baptista (1986). *A Arquitectura e o Urbanismo, in História da Arte em Portugal*. Lisboa: Alfa, 6 Vols.

PEREIRA, F.A. Baptista (1993). *A Conjuntura e as Mudanças de Gosto*. In MATOSSO, José, *História de Portugal*. Lisboa: Estampa, 3 Vols.

ROSSA, Walter (2003). *A Urbe e o Traço*. Lisboa.

ROSSA, Walter (2006). *Capitalidades Coimbrãs*. Coimbra: texto/contributo para a candidatura da Universidade de Coimbra a Património da Humanidade.

ROSSA, Walter (2003). *Coimbra com território: notas para uma leitura de formação urbanística*. ECDJ. Coimbra: Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade de Coimbra.

ROSSA, Walter (2001). *Diversidade: urbanografia do espaço de Coimbra até ao estabelecimento definitivo da Universidade*. Coimbra: Dissertação de Doutoramento em Arquitectura apresentada ao Departamento de Arquitectura da FCTUC.

ROSSA, Walter (2003). *Do projecto para o plano: contributo para integração Património/Urbanismo*. ECDJ. Coimbra: Departamento de Arquitectura da Ciências e Tecnologias da Universidade de Coimbra.

ROSSA, Walter (2015). *Fomos Condenados à Cidade: uma década de estudos sobre património urbanístico*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

ROSSA, Walter (1988). *O Urbanismo de Aeminiun*. Coimbra.

SERRÃO, Vítor (1995). *A Pintura Maneirista em Portugal, Arte no tempo de Camões*. Catálogo da exposição. Lisboa: CNCDP.

SERRÃO, Vítor (1983). *O Maneirismo e o estatuto social dos pintores portugueses*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

SERRÃO, Vítor (2001). *O Renascimento e o Maneirismo*. Lisboa: Presença.

SILVA, Armando Carneiro da (1970). *Documentos do Arquivo Municipal*. Coimbra: Arquivo Coimbrão, 25 Vols.

SILVA, Jorge H. Pais da (1986). *Estudos sobre o Maneirismo*. Lisboa: Edições Estampa.

SOUSA, A. Tavares de (1982). "A transferência da Universidade para Coimbra em 1537 e o ensino da Medicina". *A Sociedade e a Cultura de Coimbra o Renascimento*. Coimbra: Epartur.

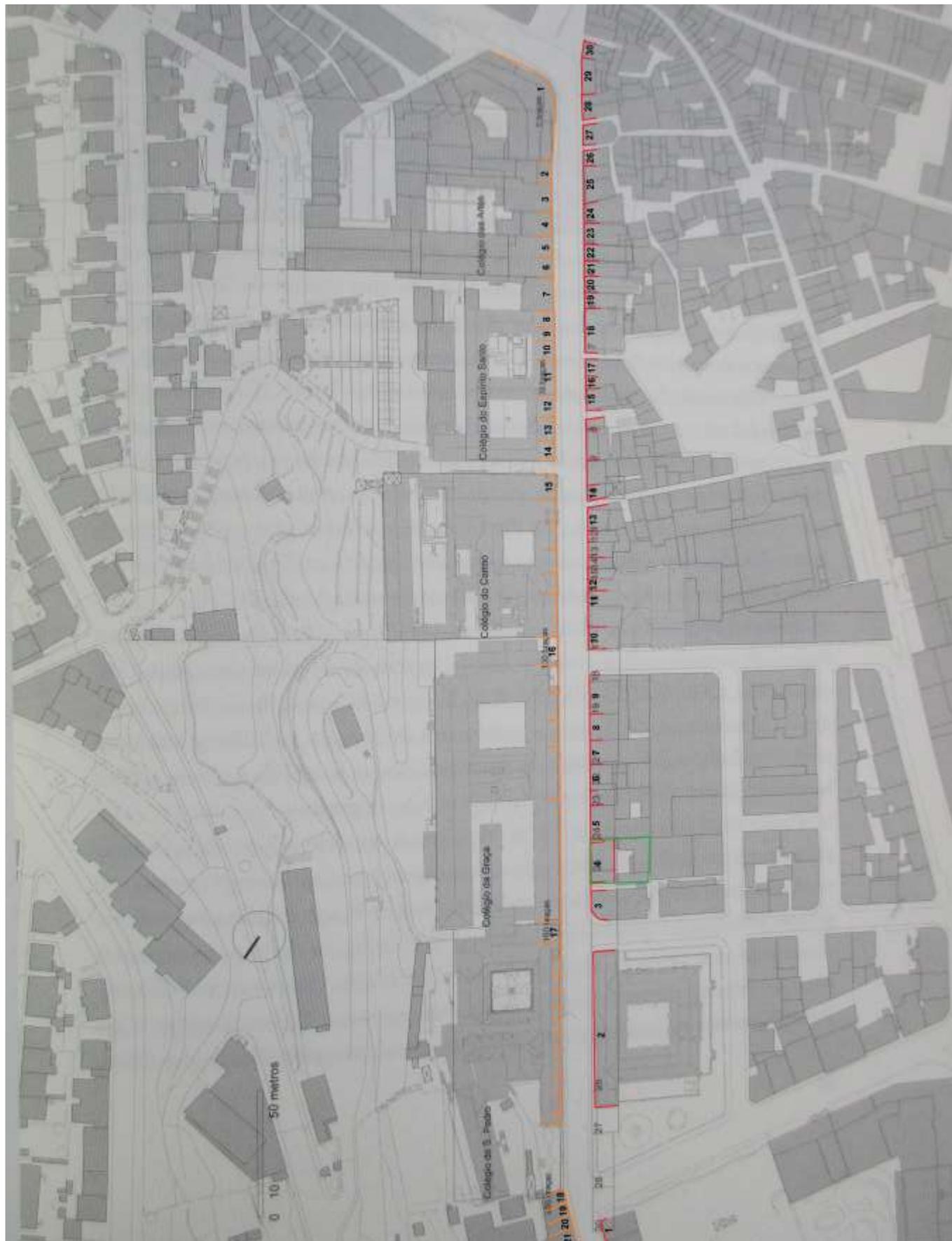
TEIXEIRA, António José. (1899). *Documentos para a História dos Jesuítas em Portugal*. Coimbra: Imprensa da Universidade.

Universidade de Coimbra a Património Mundial (2006). *Revista Semestral de Edifícios e Monumentos*, 25. Coimbra.

VASCONCELOS, António de (1987). *Os Colégios Universitários de Coimbra*. Coimbra: Coimbra Editora.

VITERBO, F.M. de Sousa (1914). *O Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra. Anotações e Documentos*. Coimbra: Imprensa da Universidade.

ANEXO II – Mapeamento das Funções do Edifício da Rua da Sofia à data de 02 de outubro de 2018



Lado NE da Rua da Sofia (Traço cor-de-laranja)

1. Banco Caixa Geral de Depósitos;
2. Pastelaria/Padaria/Restaurante: Fabrico Artesanal e Diário de Coimbra: Tabacaria/Papelaria: Estrelinha da Sorte;
3. Banco Santander Totta;
4. Ourivesaria Sofia e Rogério Joias;
5. Loja Cavalinho, Ortopedia da Sofia e RS-Store (loja de roupa);
6. Imperium Óptica, Cosmética da Sofia e Augusto Neves (loja do Euro);
7. Stetty S D'Art;
8. Perfumarias Ana;
9. Retrosaria Mendes;
10. Café Sofia;
11. Kids Outlet;
12. Snack-Bar Estrela;
13. Frutaria;
14. Edifício sem uso (Números de Porta 96/98/100);
15. Colégio do Carmo (igreja), Pronto a Vestir, Ótica Sofia, Santos da Casa, Maria Teresa Salão de beleza (Números de Porta 116/118), Gazmondego, Chamagas e Fradigás;
16. Colégio da Graça (igreja), Porta sem uso, Porta sem uso, Porta sem uso, Núcleo dos Combatentes, Serviços;
17. Colégio de São Pedro (igreja), Sem uso (Números de Porta 144/146/148/150/152/154/156/), Casa de Saúde de Coimbra (Números de Porta 158/160/162), Edifício sem uso (Números de Porta 164/166/168);
18. Snack-Bar “Ladeirinha” (Número de Porta 4/6);
19. Edifício sem uso (Números de Porta 8/10);
20. Habitação (Número de Porta 12), e Ana Maria Cabeleireiro (Número de Porta 14);
21. Salão de Cabeleireiro “Arco-Íris” (Número de Porta 18), e Café/Restaurante Santa Justa [fechado] (Número de Porta 20);

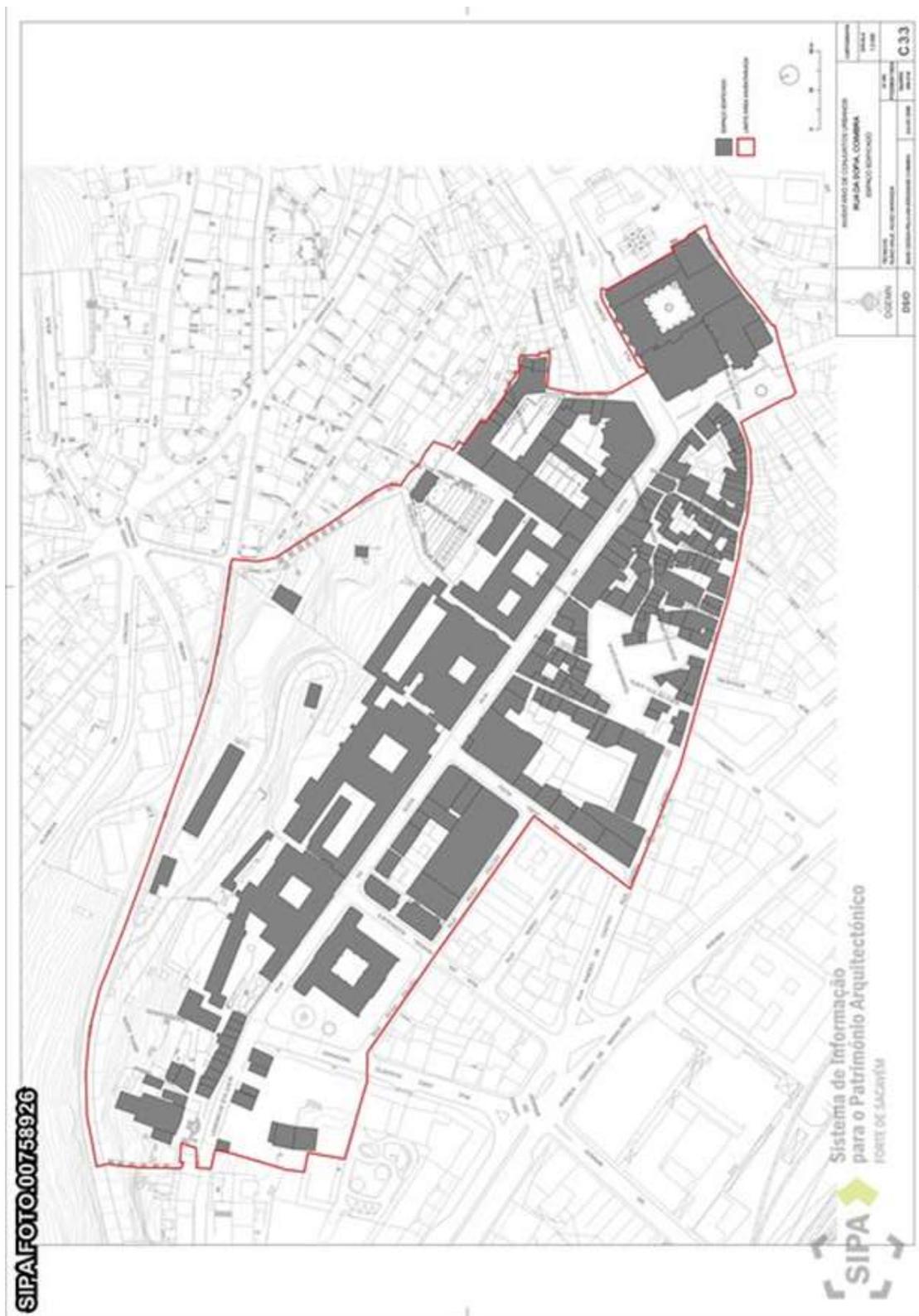
22. Loja de Roupa e Arranjos de Costura (Números de Porta 22/24) – Pisos superiores ocupados por habitação;
23. Edifício de Habitação (Números de Porta 26/28);
24. Edifício de Habitação (Números de Porta 30/32);
25. Edifício de Habitação (Números de Porta 34/36);
26. Edifício de Habitação (Números de Porta 38/40);
27. Edifício de Habitação (Números de Porta 42/44);
28. Igreja de Santa Justa;

Lado SO da Rua da Sofia (Traço Vermelho)

1. Parque de Estacionamento;
2. Colégio de São Tomás/Palácio da Justiça (Tribunal da Relação de Coimbra);
3. A Providência Portuguesa (sede) (Números de Porta 193/191);
4. Diário de Coimbra [fechado];
5. Imobiliária Patrocínio Tavares (Número de Porta 175D e C), Sem uso [Arrendar/vender] (Número de Porta 175B), Escritórios (Número de Porta 175), e Sem uso [Arrendar] (Número de Porta 175^a);
6. Loja Solidária e Loja ICCM (Igreja Cristã Corpo do Messias);
7. Pingo Doce da Sofia;
8. Viriatinhos (Número de Porta 169), Jogos Santa Casa e escritórios nos pisos superiores (Número de Porta 167) e Padaria Popular (Número de Porta 165);
9. Loja de Roupa (Número de Porta 163);
10. Lavandaria Elegante (Números de Porta 155/153/151);
11. Convento de São Domingos/Centro Comercial Sofia (Números de Porta 149B/149^a/149);
12. Ourivesaria Ferreira (Número de Porta 147), Ponto Cruz Vermelha (Número de Porta 145), e Sem uso (Número de Porta 143);
13. Maria Maxlote (loja de Roupa) (Número de Porta 141), Escritórios (Número de Porta 139), e Loja de decoração [fechada] (Número de Porta 137);

- 14.Sem uso (Número de Porta 135), Casa Sta. Isabel (artigos religiosos) (Número de Porta 129), Advogado (Número de Porta 127), e Talho Boavista (Números de Porta 125/123);
- 15.Escritórios (Número de Porta 121), Restaurante “A Cova Funda” (Números de Porta 119/117);
- 16.Cadena (Loja de Roupa);
- 17.Farmácia Figueiredo (Números de Porta 111/109/107);
- 18.Loja de Bijuteria, Escritórios;
- 19.Sem uso (Número de Porta 95), e Loja W52 (Loja de Roupa) (Números de Porta 91/89/87);
- 20.Loja de Artigos Diversos (Números de Porta 85/83/81/79/77/75/73), e Retrosaria Claridade (Número de Porta 71);
- 21.Advogado (Número de Porta 69), e Pastelaria Penta (Número de Porta 65);
- 22.Pastelaria Penta (Número de Porta 63), Sem uso (Número de Porta 59);
- 23.Casa do Castelo – Editora;
- 24.Sem uso (Números de Porta 45/43) [Pisos superiores ocupados pelo Departamento de Habitação], Casa das Rendas, e Advogado (Número de Porta 37);
- 25.Sem uso (Número de Porta 35), e Mélia Viagens (Número de Porta 33);
- 26.Era Imobiliária;
- 27.Alojamento Local (Número de Porta 23), Farmácia Central;
- 28.Padaria/Pastelaria “Palmeira”;
- 29.[Edifício em Reabilitação – Valorizar o coração da cidade: Via Central – respeito pelas pessoas e pelo património. Projeto de Arquitectura Gonçalo Bryne];
- 30.Farmácia Luciano e Matos (Número de Porta 40);

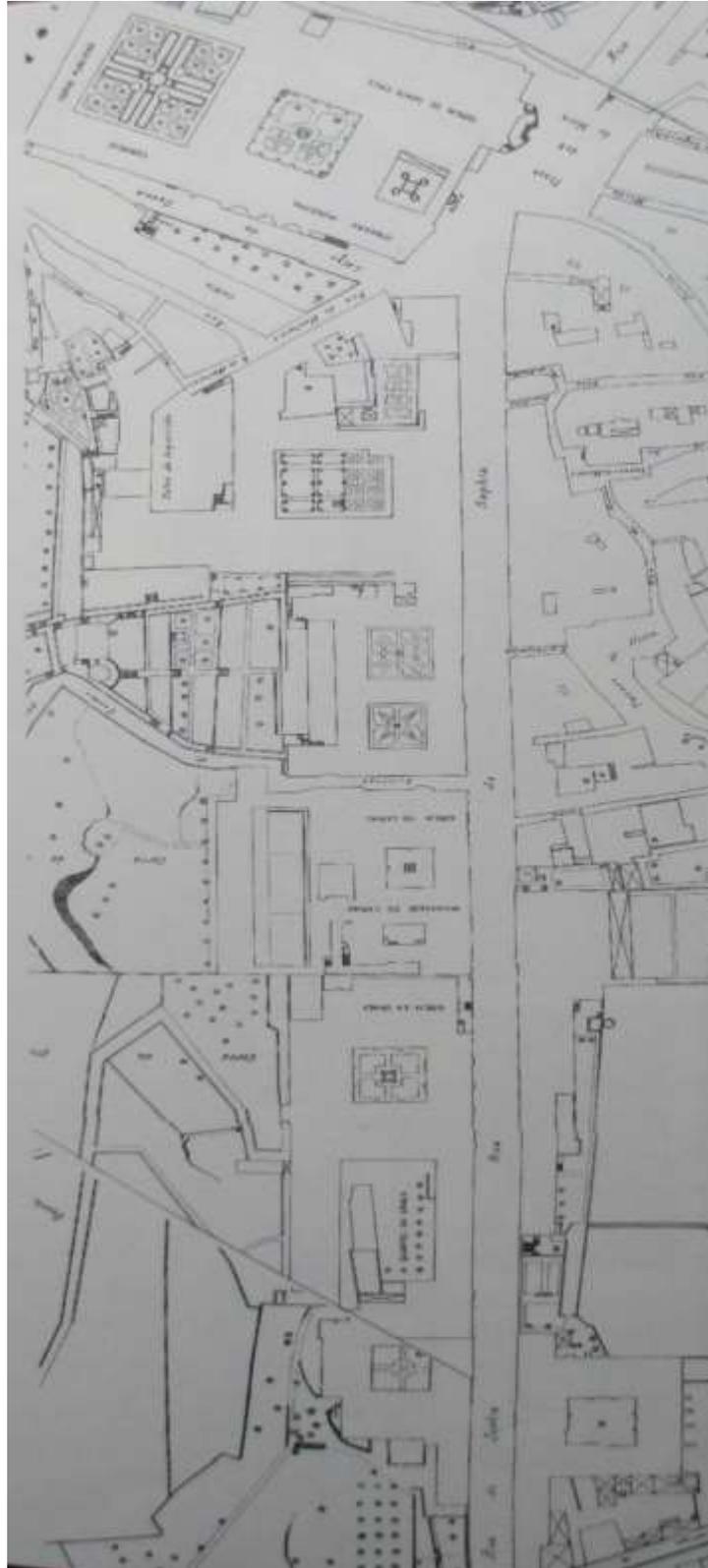
ANEXO III – Planta com limites da Rua da Sofia – SIPA. Disponível em http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=5909. [consultado a 3 de junho de 2019]



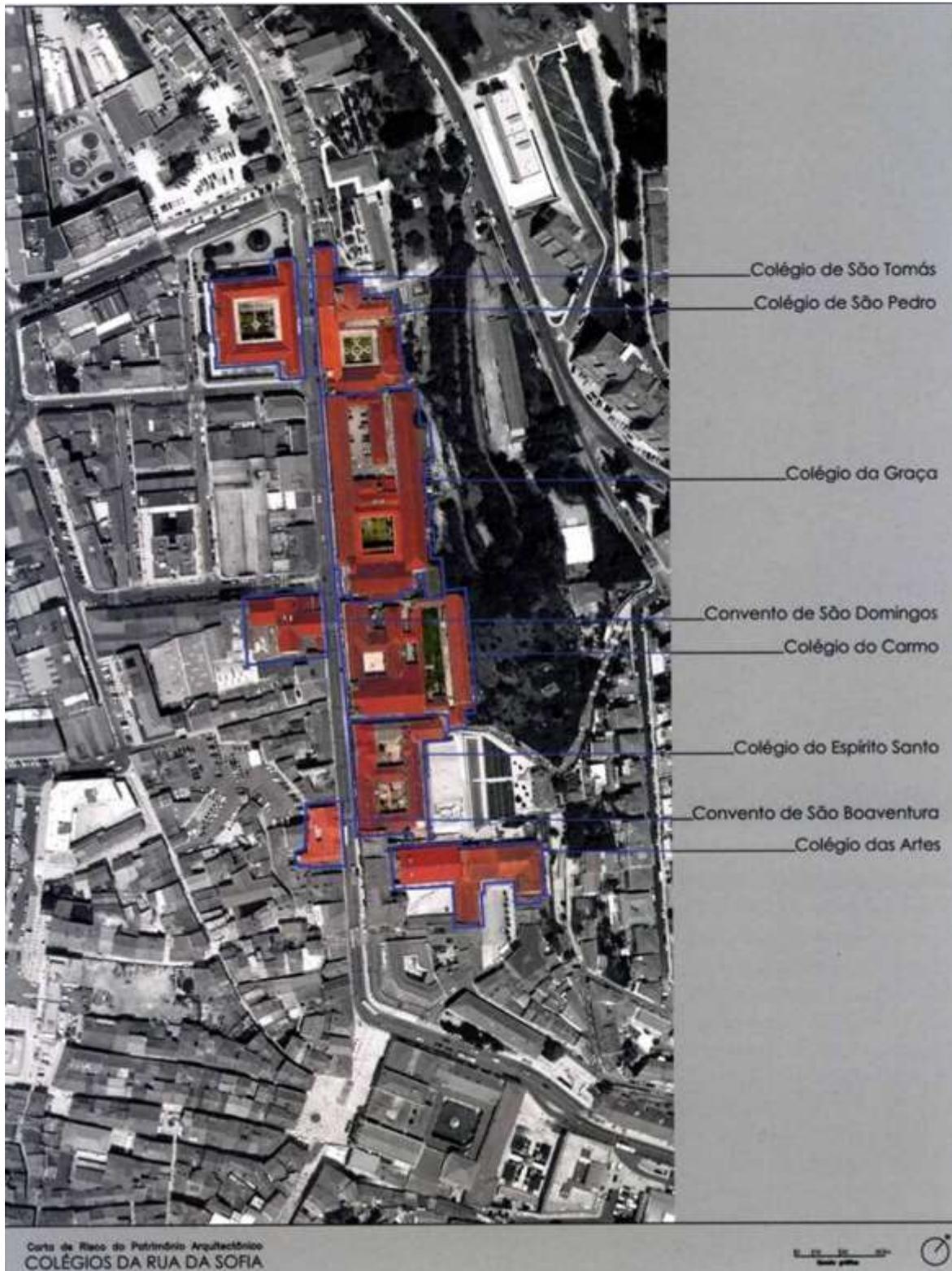
ANEXO IV – Imagem de Satélite da Rua da Sofia – SIPA. Disponível em http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=5909. [consultado a 3 de junho de 2019]



ANEXO V - Planta dos Irmãos Goullard 1873-1874. Retirado de LOBO, Rui (2006). *Santa Cruz e a Rua da Sofia: Arquitectura e urbanismo no século XVI*. Coimbra: Editorial do Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. p.89



ANEXO VI – Alternância entre Igrejas e Claustros dos Colégios. Retirado de ROSSA, Walter (2006). A Sofia: primeiro episódio da reinstalação moderna da Universidade portuguesa. *Revista Monumentos*, 25, p.17.



ANEXO VII – Planta do Piso 0 do CIS (Programa Roomle)



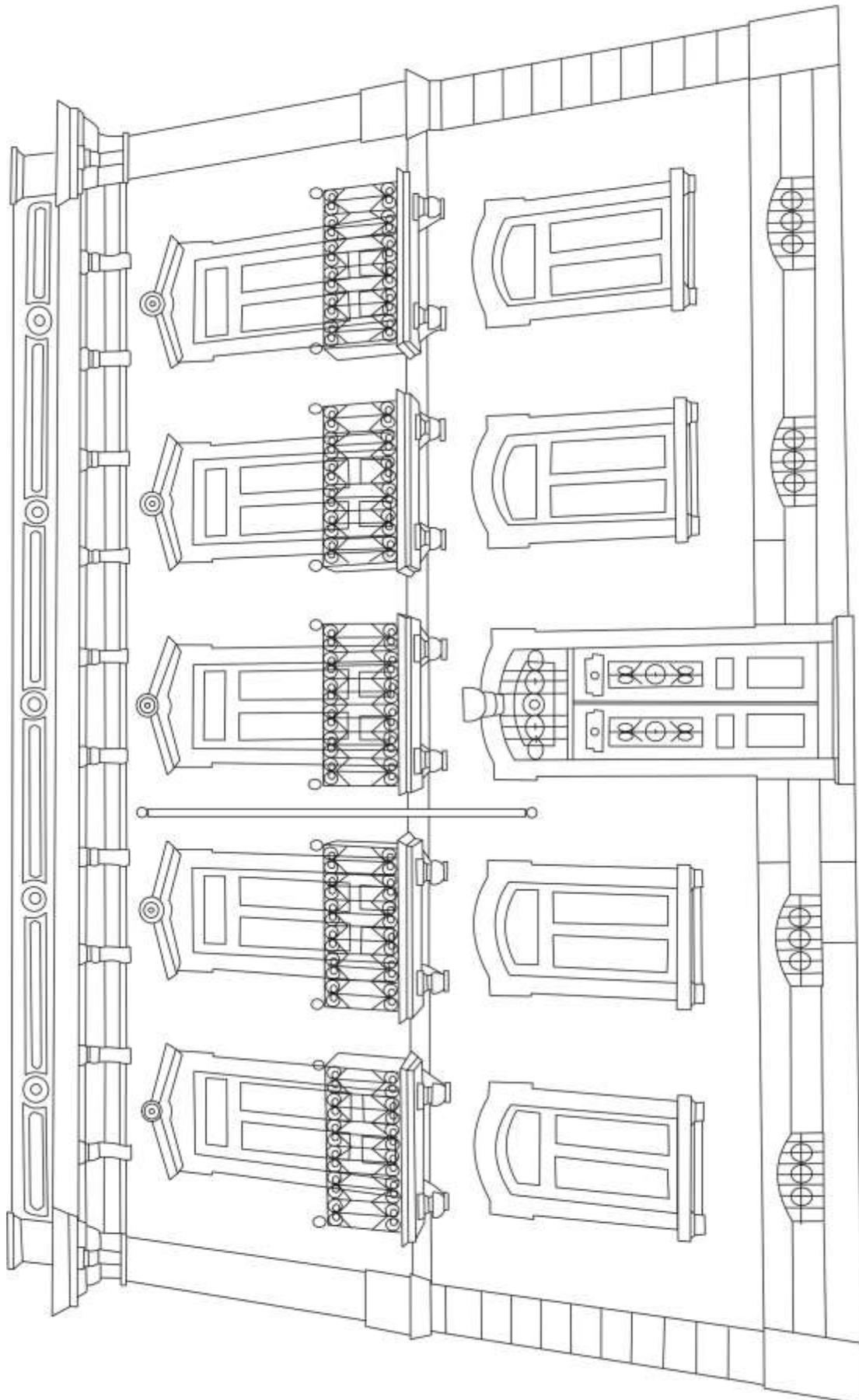
ANEXO VIII – Planta do Piso 01 do CIS (Programa Roomle)



ANEXO IX – Fachada do Edifício do Diário de Coimbra (atualidade)



ANEXO X – Proposta para a Fachada do CIS (Programa CorelDraw Graphics Suite 2019)



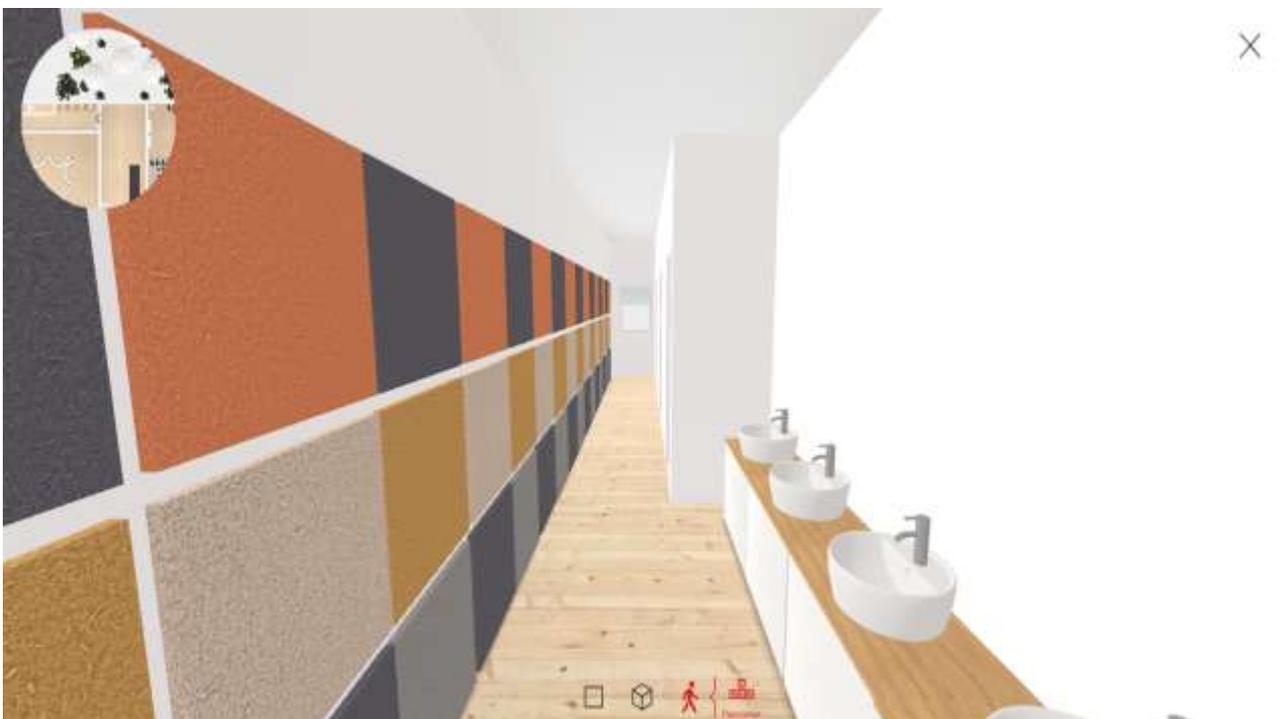
ANEXO XI – Propostas para Logotipo do CIS



ANEXO XII– Proposta para painel exterior do CIS



ANEXO XIII – Projeção para as Casas de Banho do CIS (Programa Roomle)



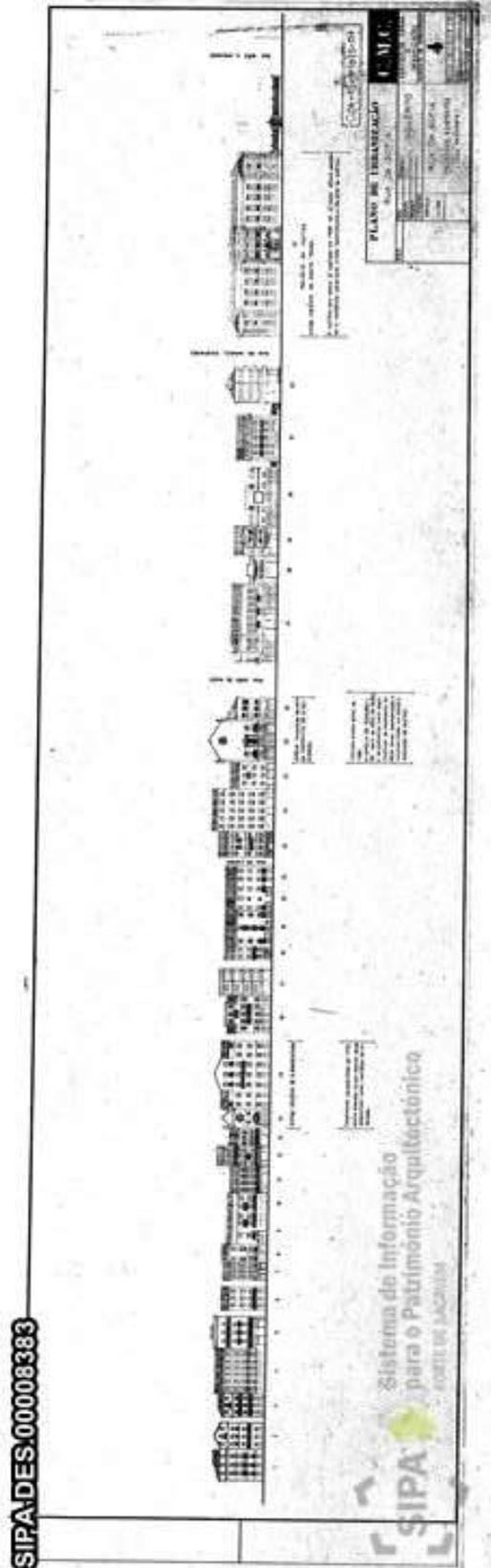
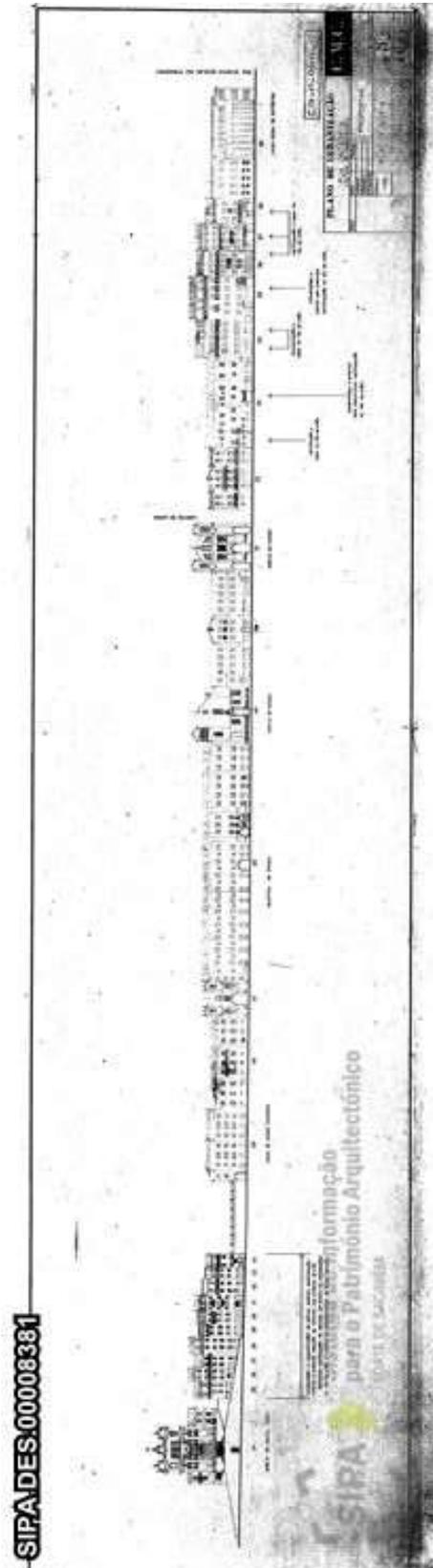
ANEXO XIV – Projeção para o Jardim do CIS (Programa Roomle)



ANEXO XV – Esquema do Percurso Expositivo da “Sala Sofia” do CIS



ANEXO XVI – Plantas do SIPA para as paredes laterais do Corredor do Piso 01 do CIS – Lado NE e SO da Rua da Sofia, correspondentemente.



ANEXO XVII – Proposta de Decoração para o “Café-Biblioteca” do CIS



Proposta para a disposição do bar no “Café-Biblioteca” - Fonte: <https://images.app.goo.gl/i4vDyjd92UhgD9MA>



Proposta para a decoração do “Café-Biblioteca” - Fonte: <https://images.app.goo.gl/F4DC67sXYZtDV9hd7>



Proposta para a decoração do “Café-Biblioteca” - Fonte: <https://images.app.goo.gl/vTrHuEaHg5wsniqlA>